

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Giovanna Schmidt Jardim

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DO
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:**

em análise desafios e possibilidades no sistema municipal de ensino de Jundiaí

CAMPINAS

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Giovanna Schmidt Jardim

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DO
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:**

em análise desafios e possibilidades no sistema municipal de ensino de Jundiaí.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (TCC) apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP no ano de 2012, elaborado sob a orientação da Professora Dra. Marta Leandro da Silva.

CAMPINAS

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

J284p

Jardim, Giovanna Schmidt, 1991-

Projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo: em análise desafios e possibilidades no sistema municipal de ensino de Jundiaí / Giovanna Schmidt Jardim. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Marta Leandro da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Projeto Político pedagógico. 2. Planejamento participativo. 3. Gestão escolar. I. Silva, Marta Leandro da II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-286-BFE

APROVAÇÃO

Professora Dra. Marta Leandro da Silva
(Orientadora)

Prof^o Ms José Vitório Sacilotto
(Segundo Leitor)

CAMPINAS

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família que sempre me apoiou durante a graduação como um todo. Em especial, aos meus pais e aos meus irmãos, Paulo, Rosana, Giulianna e Eric pelo auxílio, incentivo, presença em todos os momentos, proporcionando e partilhando a realização deste sonho e acompanhando toda a minha trajetória com muito amor.

Aos meus amigos que compreenderam o significado que este momento representa e me ampararam de todas as formas.

Aos meus professores do curso de pedagogia que compartilharam seus conhecimentos e experiências e aos meus colegas com os quais vivenciei diversos momentos e tanto contribuíram na minha formação durante esses quatro anos. Às minhas amigas Aline, Laís, Lígia, Mariana, Anderson e Flávia pelo companheirismo de forma a trilhar este percurso com muita alegria.

À querida Profa. Marta Leandro da Silva, pela orientação deste trabalho, mas também pela relação de carinho e amizade construída.

À escola em que foi realizada a pesquisa e a todos os seus funcionários, professores e alunos que me propiciaram enorme aprendizado e me inspiraram como futura pedagoga.

Agradeço, por fim, com carinho, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o que hoje é este trabalho e a conclusão do curso.

"Talvez a missão daqueles que amam a Humanidade seja fazer com que as pessoas se riam da verdade, porque a única verdade consiste em aprender a libertar-nos da paixão insana pela verdade."

(Umberto Eco)

RESUMO

O campo das Políticas Educacionais e a problemática sobre gestão educacional não é recente, não obstante esteja em constante expansão no Brasil e é um dos temas centrais nos textos legais brasileiros. Um dos aspectos relevantes apresentados dentro desse tema é a construção e implementação do projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo ao se pensar na escola como instituição social e, portanto, dotada de autonomia e particularidades. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a elaboração e implementação da proposta pedagógica, nomenclatura de acordo com a lei, torna-se obrigatória, nos termos do artigo 12. Há que se reconhecer que a referida normatização é muito importante para o processo de democratização da gestão e para fomentar o planejamento em perspectiva participativa/dialógica. Considerando o projeto político pedagógico como importante instrumento de intervenção e transformação da realidade escolar, este estudo visa identificar os fundamentos teórico-metodológicos norteadores dessa temática focalizando as normativas do sistema municipal de ensino de Jundiaí. No enfoque de pesquisa qualitativa em educação, buscou-se ainda identificar a percepção dos sujeitos escolar (diretor e coordenador pedagógico) de uma unidade escolar em relação aos desafios, impasses e perspectivas concernentes ao processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1: Pontos Básicos do Planejamento Participativo.....	21
Figura 2: Mapa referente aos Limites Municipais de Jundiaí.....	25
Figura 3: Brasão de Jundiaí.....	26
Figura 4: Câmara Municipal de Jundiaí, entrada do Plenário.....	27
Figura 5: Estação de Jundiaí da São Paulo Railway Company (SPR), Vila Arens, 1910.....	27
Figura 6: Trabalhadores da administração e oficinas da fábrica de cadeiras de Sperandio Pelliciani.....	28
Figura 7: Imagem reproduzida no livro "A saga de uma família de sucesso", 1999.....	28
Figura 8: Vista atual do Parque da Cidade.....	29
Figura 9: Vista parcial do Parque Industrial de Jundiaí.....	30
Figura 10: Pátio interior do Solar do Barão, atual Museu Histórico e Cultural de Jundiaí.....	30
Figura 11: Vista aérea do município de Jundiaí.....	31
Figura 12: Gabinete de Leitura Ruy Barbosa.....	33
Figura 13: Ginásio Rosa, Jundiaí, década de 1950.....	34
Figura 14: Escola Siqueira de Moraes, 1946 e Escola Conde de Parnaíba, 1920.....	34
Figura 15: Escola Estadual Conde do Parnaíba, década de 1990.....	35
Figura 16: Paço Municipal.....	36
Figura 17: Mananciais da Serra do Japi.....	37
Figura 18: Fachada da Argos Indústria e Lateral do Complexo Argos.....	38
Figura 19: Entrada da EMEB.....	47
Figura 20: Tela do corredor da EMEB.....	52
Figura 21: Apresentação da Oficina de Música.....	59
Figura 22: Projeto MenteInovadora.....	60
Figura 23: Relação de Projetos da Secretaria segundo a Proposta Curricular Municipal.....	61
Quadro 1: Estrutura do Projeto Político Pedagógico.....	22
Quadro 2: Projeto Político Pedagógico e Processo de Planejamento.....	24
Quadro 3 - Território e população.....	31
Quadro 4 - Estatísticas Vitais e Saúde.....	31
Quadro 5 - Condições de Vida.....	32
Quadro 6 - Habitação e Infraestrutura urbana.....	32
Quadro 7 - Finanças Públicas.....	32
Quadro 8 – IDHM.....	33
Quadro 9 – Educação.....	33
Quadro 10: Biografia do Patrono – Professor Geraldo Pinto Duarte Paes.....	48
Quadro 11: Alunos matriculados.....	50
Quadro 12: Apoio técnico-pedagógico.....	51
Quadro 13: Formação e trajetória na educação.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
------------------------	-----------

Capítulo I

1. TEORIAS E CONCEITOS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	11
--	-----------

1.1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	15
--	----

Capítulo II

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.....	25
---	-----------

2.1. HISTÓRICO.....	25
---------------------	----

2.2. PERFIL.....	31
------------------	----

2.3. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	33
---------------------------------	----

Capítulo III

3. PLANEJAMENTO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ	40
--	-----------

Capítulo IV

4. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	47
--	-----------

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMEB PROF. GERALDO PINTO DUARTE PAES.....	47
--	----

4.2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES.....	51
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	68
-------------------------	-----------

ANEXOS.....	72
--------------------	-----------

INTRODUÇÃO

O ensino público no Brasil tem apresentado mudanças significativas na organização escolar. As políticas públicas estabelecem direcionamento e linhas de ação, neste contexto, a escola não está desvinculada da política educacional, que por sua vez, está articulada com as necessidades econômicas, políticas e sociais mais amplas. O conceito de gestão, portanto, alia-se à adequação às necessidades sociais e ao diálogo contínuo entre todos os envolvidos no processo educativo.

As leis, regulamentações, orientações, ou seja, as normas socialmente previstas advindas de reformas nacionais e iniciativas estaduais e municipais não ocorrem de modo mecânico no cotidiano escolar. Ao analisar a realidade escolar e olhar para a sua estrutura deve-se ampliar a visão para além do aspecto técnico administrativo, considerando-se também suas particularidades políticas, sociais e pedagógicas, de modo que *“a gestão se caracterize como efetiva possibilidade de orientação ao mundo do trabalho e formação da cidadania”* (ZERO, 2006, p.8).

Evidencia-se assim a importância de uma reflexão sobre organização e gestão escolar. Segundo Severino (1992 apud MAZZA, 2001, p.55), a posição ocupada pelo diretor na instituição o torna *“responsável pela articulação do projeto educacional da escola”*. MAZZA (2001) chama-nos à atenção para as especificidades das práticas administrativas que, por consequência, trazem singularidades às instituições, levantando também, a discussão do papel do diretor como *“mediador das relações entre a unidade e os órgãos normativos e fiscalizadores do sistema escolar”*.

Libâneo confirma ao apontar quatro ideias que indicam esta necessidade: sua função na concretização de objetivos e propostas curriculares; a relação existente entre o contexto da organização e a sala de aula; o fato das práticas de gestão serem práticas educativas, indicando a escola como espaço de aprendizagem e formação profissional; relação dialética entre as organizações e as pessoas que ali trabalham.

A organização escolar é uma cultura e diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir da organização e do comportamento das pessoas, e atua de forma poderosa na forma de funcionar das escolas e na prática dos professores (RIBEIRO, 2005, p.69)

Nesta perspectiva é importante destacar também a tendência apontada por Grace (1995 apud BALL, 2011, p.25), de que “o segmento dos diretores de escola é a principal “carreira” em que se dá a incorporação do novo gerencialismo, sendo crucial para a transformação dos regimes organizacionais das escolas” através de lógicas empresariais-mercadológicas caracterizadas “pela motivação das pessoas em produzir ‘qualidade’ e pelo esforço em busca da ‘excelência’” (BALL, 2011, p. 24). Trazendo mudanças discursivas na gestão escolar, ou seja, nas formas com que os diretores pensam/falam sobre seus papéis e a cultura educacional própria do diretor influencia na maneira em que exerce profissionalmente.

A gestão escolar é essencial para assegurar a autonomia e o trabalho coletivo, conforme ZERO (2006). A autora argumenta também que o compartilhamento das decisões implica integração no planejamento, e que a participação dos órgãos superiores pode ser um “aditivo” à ação dos diretores.

Dessa forma, é possível também identificar e analisar junto à comunidade escolar as perspectivas (pontos positivos) e impasses (pontos conflitantes ou negativos) da operacionalização de programas no interior da escola frente às diferentes demandas da escola pública contribuindo para o levantamento de informações importantes para a avaliação de tais programas. (SILVA, 2009)

A construção e implementação do projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo é relevante ao se pensar na escola como instituição social e, portanto, dotada de autonomia e particularidades sendo um dos norteadores da organização do trabalho pedagógico e da administração escolar. A gestão escolar assume o papel de construir uma consciência crítica e reflexiva e a construção do projeto político pedagógico simbolicamente representa esta consciência ao ser realizada de maneira participativa.

O presente trabalho tem por objetivos, primeiramente, identificar os fundamentos teórico-metodológicos norteadores dessa temática. Portanto, o capítulo I traz os principais autores (GANDIN, VASCONCELLOS, PADILLA, AZANHA, VEIGA) e as suas contribuições em relação às concepções, finalidades, etapas, desafios, possibilidades do projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo.

No segundo capítulo, o estudo focalizará a caracterização do município estudado – Jundiá. Com o intuito de fundamentar a relevância deste no campo educacional, como um dos primeiros municípios a se tornar sistema municipal de ensino e também a municipalizar o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

Em continuidade, o capítulo III, apresentará e analisará as normativas da secretaria municipal de educação de Jundiaí em relação ao tema, buscando compreender as mudanças a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O último capítulo abordará a especificidade de uma unidade escolar deste mesmo município, através da articulação dos conceitos e normativas estudados com o projeto pedagógico da unidade, nomenclatura utilizada pela secretaria municipal de educação; e de entrevistas, a fim de e identificar a percepção dos sujeitos escolares (diretor e coordenador pedagógico) em relação aos desafios, impasses e perspectivas concernentes ao processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico.

Capítulo I

1. TEORIAS E CONCEITOS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Trabalhar participativamente significa estar num grupo num processo de constituição de suas ideias e de sua prática, de tal modo que todos estejam caminhando no mesmo rumo, com cada pessoa e cada conjunto menor de pessoas realizando suas tarefas próprias. Isto quer dizer que cada um traz suas ideias, sua paixão, seus anseios e suas dificuldades e todos juntos vão organizando este tesouro e decidindo sobre ele a cada momento. (GANDIN, 2001, p. 133)

Ao refletir sobre o projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo, há a necessidade de revisitar e repensar conceitos como o de educação, escola, planejamento, autonomia, democracia, participação. Lidar com a diversidade de situações presentes no cotidiano escolar assim como instaurar uma gestão autônoma e democrática são desafios a serem enfrentados na caminhada em busca da apropriação da cultura, do conhecimento historicamente acumulado e sua mobilização de forma a se tornar um instrumento social de trabalho, possibilitando a criação.

Neste momento, torna-se necessário o esclarecimento em relação ao conceito de conhecimento adotado. Segundo Ribeiro (2005), o conhecimento vem se constituindo como base de poder percebida nas relações entre os grupos sociais de forma que há mudanças também nas práticas sociais. Por conta disso, é necessário fazer a diferenciação entre informação e conhecimento:

Sousa (2000) refere que, enquanto a informação resulta de uma escolha seletiva de dados, o conhecimento resulta das relações retiradas a partir da análise de um conjunto de informações, explícita ou implicitamente relacionadas com uma determinada situação real. O conhecimento, portanto, pode ser visto como sendo um produto do processamento da informação. Ainda mais contundente nesse sentido de revelar que o conhecimento é, sobretudo, interno às pessoas, Dorfman (1997) afirma que a conversão de informação em conhecimento acontece quando a um conjunto de informações se adicionam duas dimensões: a humana e a dos processos. (RIBEIRO, 2005, p.27)

Portanto, é esta apropriação *“crítica, criativa, significativa e duradora”* (VASCONCELLOS, 2004) deste conhecimento que envolve a atividade educativa, que é sempre relacional e a coordenação deste trabalho, segundo o autor, precisa advir da articulação entre *“todos os sujeitos e todas as instâncias formativas no interior da escola”* para juntos assumirem esta função social de acordo com o contexto e o momento que se encontra.

Ribeiro (2005) considera que para a escola melhor atender aos desafios da época e colaborar na formação de indivíduos que consigam equilibrar a esfera individual (desejos pessoais e profissionais) e coletiva (*“lutar por transformações sociais profundas”*) deve

apresentar as seguintes características: ser produtora de conhecimento; ter alto grau de autonomia; assumir funções educativas mais amplas, por si mesma ou através de outras instituições; promover “*a dinamização cultural, social e eventualmente até econômica de seu entorno*”. Nesta mesma perspectiva, Araújo (2006) diz que o educar e o humanizar coincidem:

A escola, compreendida como um espaço social por excelência, na qual sujeitos compartilham o entendimento de que "o conhecimento" é o patrimônio constitutivo da cultura, possibilita aos homens viverem o seu processo de humanização, de constituírem a espécie humana e o projeto pedagógico estabelecesse como conteúdo e forma para que isto se efetive. (ARAÚJO, 2006, p. 108).

Por visar à formação do homem em sua integralidade e entendê-lo como “*humano-histórico*” (PARO, 2010), ou seja, aquele que “*se apropria da cultura, a cria e a recria*”; o objetivo da educação vai ao encontro com a Constituição atual de 1988, segundo a qual, no artigo 205, a educação consiste no “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por conseguinte, considera-se a necessidade apontada por PARO (2010) de afirmá-lo como sujeito e prepará-lo para atuar de forma democrática em sociedade, assim como fazer do trabalho um ato criativo. Para tanto a participação ativa e a relação dialógica dos envolvidos precisam ser incorporadas ao processo educativo.

Com intuito que isto se efetive, o planejamento e o projeto político pedagógico devem ser condizentes com a concepção de educação. No Brasil, de acordo com Gentilini (2008), a preocupação legalista predominou por décadas evidenciando, muitas vezes, uma perspectiva tecnicista, gerencial e sistêmica. Vários autores apontam historicamente para três fases do planejamento. A primeira segue basicamente essa visão normativa e uma preocupação quantitativa em relação ao acesso à educação. Ou seja, buscava o domínio e transformação da natureza com a finalidade de facilitar o cotidiano do ser humano. (Gerd apud Silva, 2009). Havia também uma estreita vinculação com as reformas sócio econômicas da época de forma que as lógicas de intervenção estatal e mercado também eram direcionadas à educação.

Carlos A. de Mattos (1990) caracterizou o planejamento desta época como racional-desenvolvimentista, dentro da necessidade de se planejar o desenvolvimento econômico/social, a partir da matriz estatal, num enfoque ‘holístico’, inspirado numa racionalidade formal e técnica e gerado pelas ‘oficinas de planejamento’ (escritórios ou departamentos especializados). (GENTILINI, 2008, p. 109).

Iniciou-se, nos anos 80, o processo de redemocratização e, portanto, surge a necessidade de um planejamento mais democrático e participativo. O que resultou na procura por referências teóricas que interpretassem as necessidades humanas. Porém, por diversos motivos, entre eles a falta de modelos, os planos continuaram, segundo o autor, a apresentar

as “*mesmas características racionalistas, compreensivistas, normativas e tecnocráticas*”. (Gentilini, 2008, p. 110).

Somente a partir da década de 90, houve um maior questionamento em relação aos modelos tradicionais desencadeando a participação de outros atores sociais e políticos no planejamento. A preocupação voltou-se para aspectos mais específicos das instituições e da comunidade e, também, da consciência da intencionalidade das ações, portanto, há uma maior participação e responsabilidade na escolha dessas ações. O termo “planejar” é adotado como atividade humana resultante de reflexão e intencionalidade:

Dessa maneira, em nosso cotidiano, em nosso fazer pedagógico tomamos decisões e desencadeamos um processo de reflexão sobre as ações que necessitamos desenvolver para alcançarmos os objetivos que definimos, utilizando, de forma mais adequada, os recursos existentes. Também definimos meios para que as metas e objetivos sejam possíveis de realização. As nossas necessidades em co-relação com a nossa realidade é sempre o ponto de partida rumo ao ideal que desejamos alcançar. (SILVA, 2009, p. 9)

Portanto, enfatiza-se o estudo da realidade a ser transformada e para que o planejamento não seja uma “ficção”, segundo Azanha (1998), é preciso ser “*fruto da consciência e do esforço da coletividade*”.

[...] o significado do termo planejamento é muito ambíguo, mas no seu trivial compreende a idéia de que sem um mínimo de conhecimentos das condições existentes numa determinada situação e sem um esforço de previsão das alterações possíveis dessa situação, nenhuma ação de mudança será eficaz e eficiente, ainda que haja clareza a respeito dos objetivos dessa ação. Nesse sentido trivial, qualquer indivíduo razoavelmente equilibrado é um planejador. [...] Não há uma ciência do planejamento, nem mesmo há métodos de planejamento gerais e abstratos que possam ser aplicados à variedade de situações sociais independentemente de considerações de natureza política, histórica, cultural, econômica etc. (AZANHA, 1993, p.76)

No campo educacional, especificamente, o histórico brasileiro revela tentativas de transpor conceitos e práticas empresariais caracterizadas como forma de controle e intervenção, levando a burocratização do sistema e sem considerar a especificidade da escola. A lógica empresarial faz com que a avaliação se relacione a produtividade, adquirindo uma abordagem funcionalista ao adequar-se ao aspecto econômico e esquecer-se do social. Somente, a partir da redemocratização do Brasil, como dito anteriormente, evidencia-se a necessidade de uma educação emancipatória.

GANDIN (2001) fundamenta a necessidade do planejamento educacional através de diferentes interpretações existentes sobre a relação escola-sociedade. Uma primeira conservadora em que uma boa condução da escola, uma boa educação gera uma boa sociedade, a qual se entende por uma sociedade sem conflitos e a desigualdade social não é questionada. Outra que vamos ver posteriormente ainda tem grande influência nas políticas

educacionais atuais em que a finalidade da educação é o desenvolvimento da sociedade e, portanto, um investimento – ligada, principalmente, à qualificação para o trabalho, formação de mão-de-obra. Segundo estas, as transformações sociais advêm de mudanças na escola. A terceira embasada em Bourdieu, inverte essa lógica, analisa a escola como reprodução da sociedade e tem por objetivo a igualdade social, portanto, a transformação social almejada parte de uma realidade existente. Essas linhas de pensamento é que influenciariam na forma que este planejamento é concebido.

Há três diferentes níveis de planejamento educacional, segundo Souza (2005), que articulam entre si. No macro-contexto, âmbito dos sistemas e redes de ensino, a legislação é uma das intervenções do Estado que objetivam a implementação das políticas educacionais cuja finalidade é *“levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado”* (BAIA HORTA apud SOUZA, 2005). Por esta razão, adota-se a concepção de VIERA (2009), na qual as políticas educacionais *“referem-se a ideias e ações no âmbito do Poder Público”*.

Souza (2005) cita três tipos de políticas educacionais: a ingênua em que acredita na autonomia das escolas para determinarem os seus objetivos e que cabe ao Estado ajudar a atingi-los, assumindo o planejamento como técnica; a liberal cujos rumos advêm dos interesses coletivos; e a realista segundo qual possui função política e reflete as *“relações entre poder e saber”* de determinada sociedade. Apesar do seu componente “ideológico”, as redes de ensino possuem certas limitações na relação com o planejamento da unidade escolar:

Observa-se, assim, um distanciamento entre as proposições do planejamento ao nível do sistema educacional e sua incorporação pelas escolas, ao planejar suas próprias ações. Isto implica que se considere que, na relação entre esses dois âmbitos do planejamento, produzem-se mediações que muitas vezes escapam ao controle puro e simples dos propositores das políticas educacionais. É neste movimento, muitas vezes, que se consolida a autonomia das escolas, que se constitui, no entanto, de forma sempre relativa. (SOUZA, 2005, p.5)

Esta etapa da unidade escolar refere à organização da escola, dos tempos e espaços escolares. Em oposição ao modelo tecnocrático e como meio de superação da fragmentação e burocratização, o planejamento educacional se concretiza na elaboração do projeto político pedagógico visando à participação coletiva, importante no exercício da democracia. Cabe acrescentar que o cotidiano escolar é um espaço de tensão entre o *“normal formal e vivido, instituição imaginada e vivida”*, portanto, cheio de contradições, conflitos, resistências. Por consequência, a avaliação do projeto político pedagógico deve ser constante e permitir certa flexibilidade para que possa se adequar aos interesses e necessidades dos envolvidos neste processo de elaboração e implementação do projeto.

Por último, Souza (2005) discute sobre o planejamento no nível de ensino, pressupondo a “*dinamicidade do conhecimento e a sua articulação com a realidade histórica*”. Nesta perspectiva, segundo o mesmo autor, o planejamento do ensino em coerência com o projeto político pedagógico, deve integrar a escola com o contexto social e para atingir este objetivo é relevante conhecer o contexto social no qual a escola está inserida, os interesses e necessidades do educando e organizar o trabalho didático. Novamente, destaca-se a avaliação de forma que leve em conta todo o processo de aprendizagem (transmissão, apropriação e produção de conhecimento), como uma ferramenta para compreender tanto o trabalho do educando quanto do educador.

Silva (2009) acrescenta mais um tipo de planejamento, o curricular, referindo-se às formas de reflexão, organização de temáticas, disciplinas em seus diversos campos de conhecimento. Este também estaria articulado com os demais níveis.

A partir desta concepção de planejamento e da definição de Vasconcellos (1999) “*enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórico-metodológica para a ação, que, em função de tal mediação, passa a ser consciente e intencional*”, evidencia o seu aspecto político e o seu importante papel de interventor da realidade. O planejamento não ocorre de maneira pontual em nenhum de seus níveis, conseqüentemente, torna-se essencial conversarem entre si, e “*é justamente neste momento que a força do coletivo deve se mostrar, não como imposição, mas como elo catalizador, com vistas a orientar um trabalho pedagógico consistente e orgânico ao Projeto Político-Pedagógico da escola.*” (SOUZA, 2005, p.7).

1.1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional no artigo 12 define:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

[...]

A referida normatização avança ao trazer a proposta pedagógica, nomenclatura utilizada, para o cotidiano escolar com o objetivo de democratizar a gestão e fomentar o

planejamento participativo/dialógico. Segundo Gandin (1999, p.14) “... *pela primeira vez*, o pensamento educacional brasileiro (ele se reflete na lei, não é criado por ela) toma o planejamento como ferramenta mais importante do que o regimento para a implementação de *processos pedagógicos*. De fato, a obrigação de ‘*uma proposta pedagógica*’ sobrepõe-se, no *texto da lei*, à *do regimento*.” Ao ser vivenciado dessa forma, o projeto político pedagógico norteia a escola em direção aos objetivos comuns, às prioridades definidas pela comunidade expressando valores coletivos assumidos. Há um grande avanço no fato da unidade escolar considerar o seu entorno e esta significar um local de pertencimento, de representação daqueles que fazem parte dela e daquilo que buscam para si. O artigo 14, da mesma lei, reforça este intuito de democratização através da participação no projeto político pedagógico e nos conselhos.

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A participação dos alunos, o direito de ser ouvido naquilo que lhes dizem respeito, também é garantida por lei através do Estatuto da Criança e do Adolescente. No presente estudo será discutido o princípio do projeto político pedagógico, porém não significa desconsiderar o papel dos conselhos na construção de uma escola mais democrática e na garantia de uma educação de qualidade. Estes são considerados também “*espaços de mediação* entre o projeto político pedagógico e a sala de aula” (DALBEN, 2001), constituindo-se novas relações educativas.

A partir da década de noventa, portanto, vários autores (AZANHA, GANDIN, PADILHA, VASCONCELLOS, VEIGA, dentre outros) se dedicaram ao estudo do tema, evidenciando a necessidade de compreensão do processo de construção, implementação e avaliação do projeto, de legitimação da participação coletiva, do estabelecimento de uma “*nova ordem teórico-metodológica*” no trabalho pedagógico. As nomenclaturas são diversas: proposta pedagógica, projeto educativo, projeto pedagógico, projeto político pedagógico, projeto educativo, plano diretor, projeto de desenvolvimento da escola / da unidade / institucional.

Em relação ao presente estudo escolhe-se por denominar o projeto e a perspectiva, projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo. Acredita-se que este

termo vá mais ao encontro do objetivo de enfatizar a importância da participação de todos no processo (participativo), ampliando esta visão, assim como a sua função social (política) e seu compromisso com uma educação de qualidade para todos (pedagógico). Contudo, independente da nomenclatura utilizada, o que deve ser analisado é o sentido a ela atribuído.

Araújo (2006), por exemplo, discute o projeto pedagógico na sua perspectiva histórico cultural; apesar de não incluir ao termo, o conceito compreende a dimensão política: “(...) o projeto pedagógico como um meio para gerar e gerir transformações, em termos práticos e conceituais, nos sujeitos e nas instituições”. (ARAÚJO, 2006, p.96)

A constituição do projeto político pedagógico, “que contém os elementos que definem a condição humana: possui metas, define ações, elege instrumentos e estabelece critérios que permitirão *avaliar o grau de sucesso alcançado na atividade educativa.*” (MOURA apud ARAÚJO, 2006, p.101), para atingir sua finalidade, deve “*lidar conjuntamente com o presente e o futuro*”. A própria palavra projeto traz esta significação: “Projetar-se é relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer o futuro – no *presente.*” (RIOS apud ARAÚJO, 2006, p.100).

Portanto, objetivando a melhoria da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, a comunidade educativa através do projeto, pensa, elabora e reelabora a ação pedagógica ao considerar um determinado tempo (presente) e espaço (escola) e articular seus meios e fins. Ou seja, o projeto pedagógico deve, segundo a autora, partir de uma necessidade; identificar o problema (por que); idealizar procedimentos (como); definir conteúdos (o quê); fazer a interação projeto e ação pedagógica em sala de aula, em uma relação dialética.

Por isso, defendemos uma escola reflexiva (ALARCÃO, 2001), na qual o projeto pedagógico seja um processo de formação realizado a partir do reconhecimento de necessidades assumidas coletivamente, da identificação dos problemas, da definição das áreas de conhecimento abordadas, do estabelecimento de procedimentos a seguir, da intensa interação com os pares, do permanente movimento de prática reflexiva, por meio de instrumentos próprios a isso, ou seja, defendemos o projeto como atividade. (ARAÚJO, 2006, p.102)

Atividade entendida como “*no plano coletivo, corresponde a uma necessidade humana, aquela que possui uma intencionalidade*” (LEONTIEV apud ARAÚJO, 2006, p.104). O entendimento do projeto como atividade influi, principalmente, na implementação deste, na sua materialização através de diferentes meios e pessoas, porém em direção a um comum objetivo. E nessa passagem do individual para o coletivo discutem-se ideias, produzem-se meios, constroem-se relações, algumas práticas são mantidas, porém ressignificadas e outras são renovadas gerando transformações na dinâmica escolar.

Neste campo de possibilidades, com certeza, há muitos desafios a serem enfrentados. Boutinet contribui com sete derivações patológicas a serem pensadas: fora-de-projecto, quando o projeto é pensado por alguns para ser executado por outros; fuga para o inexistente, constituição frágil e imediatista; mimetismo, conforme “conveniências institucionais”, ou seja, não incorpora as particularidades da unidade escolar; singularismo mortífero do individualismo projectivo, quando renega a função social; obsessão tecnicista, “engessado”, ausência de flexibilidade e não promove a criatividade e inovação; submissão tecnicista, totalitário e não há uma relação dialógica entre intenção e ação; derivação utópica, caracteriza-se pelo “*abandono da utopia concreta reguladora da ação*” e um discurso auto-justificador.

Estes desafios aparecem por conta do histórico já apresentado, e também pelo fato de que dentro da própria esfera governamental pública, “*convivem duas concepções antagônicas de gestão educacional, provenientes de diferentes matrizes teóricas: uma de caráter gerencial (PDE) e outra que sinaliza a aspiração da comunidade educativa por uma escola mais autônoma e de qualidade (PPP)*” (FONSECA, p.302, 2003). Deste modo, algumas escolas tendem a privilegiar o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), em detrimento do projeto político-pedagógico da escola (PPP). O PDE- Escola é um programa de apoio técnico e financeiro à gestão escolar com o objetivo de fortalecê-la assim como promover maior autonomia, qualidade de ensino e permanência através do planejamento estratégico.

GANDIN (2011) em seu blog¹ também discute a questão da coexistência destes dois tipos de planejamento na educação pública.

Existe hoje uma disputa por espaço entre o Planejamento Estratégico e o Planejamento Participativo. É uma querela desnecessária porque cada um deles serve a entidades diferentes ou, pelo menos, cada entidade pode utilizá-los fixando uma hierarquia, definindo um para a globalidade e outro para o aproveitamento de algumas técnicas ou instrumentos. [...] além disto, só instituições, movimentos e grupos que não visam em primeiro lugar ao lucro, mas que visam à construção da sociedade trabalham com ele e o planejamento nesse setor ainda não é suficientemente forte, toda a proposta não é suficientemente conhecida e então muitas vezes as instituições como escolas, igrejas, partidos políticos e órgãos dos governos que precisam de uma ferramenta bem diferente das empresas comerciais, industriais e de serviços. Como não conhecem uma instrumentação própria, utilizam o Planejamento Estratégico [...] – sem dar-se conta que este não é uma ferramenta adequada para suas necessidades. Ora o Planejamento Participativo desenvolveu técnicas, instrumentos, modelos e, sobretudo, uma metodologia participativa própria para estas instituições e longe de diminuir a possibilidade estratégica, o modelo básico do planejamento participativo que inclui uma proposta de sociedade e proposta ideal do agir da instituição, ou do grupo ou do movimento termina tendo uma força estratégica extraordinária.

¹ O registro do autor data-se de 9 de agosto de 2011.

Antes de darmos continuidade a essa questão, apresentar-se-á dois discursos sobre gestão escolar, trazidos por Ball (2011): o “bem-estar social” e “novo gerencialismo” que darão elementos para a discussão a seguir. Segundo o autor, no modelo do Bem-Estar Social, a questão do público é forte, portanto, estão presentes valores como igualdade de oportunidades, justiça social, cooperação, multiculturalismo, respeito à diversidade, participação democrática, transformação social. A gestão sob esta lógica é flexível, consultiva, dialógica e estes profissionais são comprometidos com a educação no sentido de atender às necessidades dos participantes do processo educativo. Enquanto o “novo gerencialismo” atende a uma lógica de mercado, analisa e padroniza as tarefas, procedimentos e resultados; para tanto a gestão se envolve com valores tais como: competitividade, custo-eficácia, individualismo, racionalidade técnica, excelência. A educação atende a uma clientela, as necessidades do sistema; as especificidades da escola e de seu entorno acabam sendo deixadas de lado.

Saviani (2009), apesar de considerar o plano um avanço na visibilidade da luta pela qualidade do ensino, ressalta a questão de estar mais vinculado ao setor privado, do que ao movimento dos educadores, por essa razão privilegia demasiadamente os resultados e se instrumentaliza de avaliações que confirmem as exigências das empresas financiadoras.

É, pois, a lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e “da qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; e os que aprendem são clientes; e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. (SAVIANI, 2011, p. 45)

O decreto nº 6.094 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, promulgado simultaneamente ao PDE, trazem como diretrizes no seu artigo 2º: *“envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola”* e *“promover a gestão participativa na rede de ensino”*; aparecendo mais uma vez a tendência a democratização da gestão. Ao mesmo tempo como pode ser percebido há alguns entraves a serem superados e rupturas ideológicas para que esta de fato se concretize nas escolas públicas em uma perspectiva participativa.

Certamente, a forma que a gestão pensa e fala sobre a sua função influem no processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico; Veiga (2003) vai ao encontro desta visão, dos dois discursos apresentados, e analisa o projeto em duas perspectivas: a regulatória e a emancipatória. Na primeira, a ênfase está no conteúdo, o foco está na relação professor – aluno; não se lida com variáveis, pois não considera o processo,

apenas o resultado; o planejamento é centralizado e padronizado, por consequência o projeto é fragmentado, limitado e autoritário, tornando-se um instrumento de controle.

A inovação regulatória significa assumir o projeto político-pedagógico como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado. Nesse caso se deixa de lado o processo de produção coletiva. A inovação de cunho regulatório nega a diversidade de interesses e de atores que estão presentes. (VEIGA, 2003, p. 267)

Diante dessa concepção, entende-se que a inovação surge a partir das ideias dos gestores que se esforçam para que haja aceitação destas, a implantação ocorre, portanto, de forma técnica, transformando-se em normas e prescrições. Ou seja, há uma rearticulação do sistema acrítica e descontextualizada. “Este processo deixa de lado os sujeitos como protagonistas do institucional, desprezando as relações e as diferenças entre eles, não reconhecendo as relações de força entre o institucional *e o contexto social mais amplo*”. (VEIGA, 2003, p. 270). Observa-se uma visão reducionista de escola e uma relação de verticalidade através de instrumentos de regulação e controle.

Enquanto na emancipatória o sujeito é inacabado, ou seja, está em constante desenvolvimento; demanda criação e esforço; há o diálogo centrado na argumentação, comunicação e solidariedade, portanto, visualiza as contradições e é flexível; o currículo e o projeto político pedagógico estão em movimento, não são estáticos, são revisitados e reconstruídos no decorrer do tempo; leva-se em consideração a vivência, o contexto histórico e social, não apenas o documento sistematizado; necessidade de reflexão e reorganização através da indagação e emancipação.

Sob a perspectiva emancipatória, a inovação e o projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto porque o resultado final é não só um processo consolidado de inovação metodológica, na esteira de um projeto construído, executado e avaliado coletivamente, mas um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. (VEIGA, 2003, p. 267)

Como já foi observado, do ponto de vista das sociabilidades, cada escola é própria e diferente. Apesar de serem semelhantes em sua organização administrativa, estas possuem uma autonomia interna garantida por lei: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão *financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público*”. (Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 15). Esta garantia é um passo importante, pois sem autonomia a gestão democrática não pode ser efetivamente colocada em prática e a escola se torna apenas reprodutora de padrões e modelos sistêmicos, perde-se a constituição de sua identidade. Ao mesmo tempo, cabe lembrar que

esta autonomia é relativa no sentido de que não produz isolamento e sim, articulação com a comunidade e com os sistemas de ensino configurando-se a sua dimensão pública.

A partir destes apontamentos, pode-se dizer que o planejamento estratégico contradiz o inciso VI do artigo 206 da Constituição quanto ao estabelecimento da gestão democrático do ensino público assim como a LDB 9.394/96 no que se refere à democratização e autonomia das escolas.

Outro aspecto que legitima o projeto político pedagógico é o ambiente no qual ele é elaborado, implementado e avaliado que *“requer o desenvolvimento de um clima de confiança que favoreça o diálogo, a cooperação, a negociação e o direito das pessoas de intervirem na tomada de decisões que afetam a vida da instituição educativa e de comprometerem-se com a ação”* (VEIGA, 2003, p. 276). Este clima influi também no grau de participação e na continuidade das ações.

VEIGA (2003) diz que o projeto político pedagógico deve ser resultado de uma vivência democrática que reúne diferentes vozes, *“comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população”*, assim caminhará ao encontro de melhorar a qualidade da educação pública e cumprir a tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho. Neste sentido, o PPP *“é um movimento de luta em prol da democratização da escola que não esconde as dificuldades e os pessimismos da realidade educacional [...] É um movimento constante para orientar a reflexão e ação da escola”*. (Veiga, 2003, p. 276)

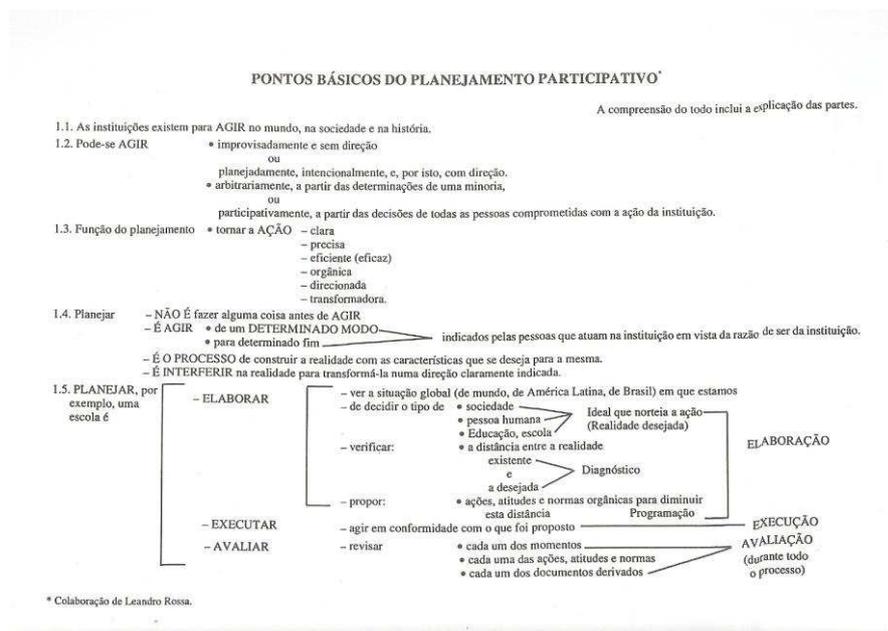


Figura 1: Pontos Básicos do Planejamento Participativo

Fonte: GANDIN, 2001, p. 34

Em resumo, a figura acima inter-relaciona os pontos básicos que caracterizam o planejamento participativo e, principalmente, a contribuição de que o próprio planejar é uma ação transformadora intencional.

PADILHA (2001) ressalta que para efetivar uma prática pedagógica crítica e reflexiva deve-se pensar no projeto como processo e destaca três momentos e os seguintes passos através de uma metodologia de perguntas: definição do marco referencial (“*como entendemos o mundo em que vivemos*”; “*quais são as utopias que nos movem neste mundo*”; “*qual a escola dos nossos sonhos*”), elaboração do diagnóstico (“*qual o retrato da escola que temos*”) e proposição de uma programação (“*o que faremos na nossa escola*”). A utilização do verbo na primeira pessoa do plural indica o sentido de pertencimento e diálogo, assim como a questão das particularidades de cada escola, aqui defendidos.

A elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico é uma oportunidade impar de a comunidade definir em conjunto a escola que deseja construir (Marco Referencial), avaliar a distância que se encontra do horizonte almejado (Diagnóstico) e definir os passos a serem dados para diminuir esta distância (Programação). (VASCONCELLOS, 2004, p.27)

A divisão da estrutura de elaboração do projeto nesses elementos foi organizada e desenvolvida por VASCONCELLOS (2004) e para uma melhor visualização da proposta elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 1: Estrutura do Projeto Político Pedagógico

PARTES	SIGNIFICADO	FUNÇÃO
I – Marco Referencial 1. Marco Situacional (leitura da realidade geral) 2. Marco Filosófico (ideal geral) 3. Marco Operativo (ideal específico)	Ideal O que desejamos. Tomada de posição: explicitação das opções e dos valores assumidos. Posicionamento: <ul style="list-style-type: none"> • Político • Pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tensionar a realidade no sentido da sua Superação/ Transformação ❖ Fornecer Parâmetros, Critérios para o Diagnóstico.
⇕	⇕	⇕
II – Diagnóstico Pesquisa + Análise ↓ Necessidades	Busca das Necessidades A partir da Análise da Realidade e/ou da Comparação com o Ideal saber a que distância estamos do desejado.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer a Realidade ❖ Julgar a Realidade ❖ Chegar às Necessidades
⇕	⇕	⇕
III – Programação <ul style="list-style-type: none"> • Ação Concreta • Linha de Ação • Atividade Permanente • Norma 	Proposta de Ação O que é necessário e possível ser feito para diminuir a distância.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Decidir a Ação para diminuir a distância em relação ao ideal desejado.

Fonte: Vasconcellos, 2004, p. 23

Concomitante ao fato da maior participação gerar uma maior legitimidade e, portanto, maior probabilidade das ações serem realizadas, há também de se confrontar com mais propostas, ideias, dados o que muitas vezes pode ser interpretado como um obstáculo derivada de uma descrença no planejar. O planejamento, geralmente, é visto como inatingível ou não condizente com a realidade, por conta disso, deve-se resgatar a sua ação transformadora, *“aquela que supre alguma necessidade radical do grupo e/ou instituição”* (VASCONCELLOS, 2004, p.29).

As necessidades são levantadas a partir da construção coletiva e crítica através de negociação das percepções e sentidos individuais. Porém, o levantamento, apenas, não basta para que o planejamento cumpra seu objetivo, a viabilidade deve ser analisada tendo em vista os recursos, opções, prioridades. Para não cair na alienação, o conhecimento da realidade se torna necessário e para fazer o julgamento desta o embasamento teórico, um referencial. Todos os elementos são encadeados e articulam-se de forma que nenhum deve ser negligenciado.

No entanto, anterior ao método, há um período ainda mais importante que é o da conscientização em relação ao projeto, de resignificação. Até porque, segundo Vasconcellos (2004), este vem de uma imposição – obrigatoriedade perante a lei – e cabe a equipe gestora, a mobilização dos envolvidos e ter clareza da proposta, da sua dinâmica. O autor contribui com etapas de elaboração: apresentação da tarefa, explicação metodológica; resposta individual, posicionamento de cada um; sistematização das respostas, articulação das contribuições individuais; plenário, discussão coletiva. A cada nova parte do projeto, estas etapas se repetem.

[...] para uma ação eficiente e eficaz, uma escola necessitará de ideias para realiza-las na prática e processos de planejamento para que esta realização seja o mais exata possível, dentro das possibilidades e limites, e considerando, como essencial, o processo de busca e, portanto, a presença de acertos e erros (Gandin, 1999, p.9).

As dimensões da programação, segundo GANDIN (2001), devem satisfazer o diagnóstico e estar de acordo com o referencial são elas: objetivos (gerais e específicos), políticas e estratégias; atividades permanentes; e determinações gerais. Os objetivos se referem a ações concretas com tempos, espaços, recursos bem definidos como, por exemplo, construir uma biblioteca, realizar um curso, reorganizar um conteúdo. Ao contrário da dimensão anterior, as políticas e estratégias não se esgotam, pois influem no comportamento das pessoas e não são previsíveis; a política, no caso, seria o aprimoramento do trabalho em equipe e as estratégias, as ferramentas para viabilizá-lo. As atividades permanentes, como o próprio nome indica, são constantes e rotineiras: todas as quartas-feiras serão realizadas

reuniões de estudo. Por fim, as determinações gerais alteram as estruturas e são regras de ação, geralmente, de efeito imediato; por exemplo, *“todos os professores apresentarão seus planos nos primeiros 15 dias de aula”*.

Mesmo após estas etapas, divisão das atribuições e quando o processo de elaboração, o documento, estiver concretizado não pode ter em mente que este é o produto final e acabado no sentido de que na sua “execução” deve haver espaço para criatividade, liberdade, flexibilidade e, principalmente, para uma avaliação constante podendo-se utilizar das reuniões pedagógicas e dos conselhos para a sua realização. Além dessas avaliações periódicas, Vasconcellos (2004), chama a atenção para a avaliação institucional mais geral e sistemática tendo em vista a análise da programação, das necessidades e do marco referencial.

Quadro 2: Projeto Político Pedagógico e Processo de Planejamento

Processo	Produto
Elaboração	Documento do Projeto Político-Pedagógico <ul style="list-style-type: none"> ❖ Marco Referencial ❖ Diagnóstico ❖ Programação
↕	↕
Realização Interativa	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Ação
↕	↕
Avaliação de Conjunto	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Indicadores de Mudança para o Projeto

Fonte: Vasconcellos, 2004, p. 48

Partindo-se de uma concepção de planejamento participativo, o projeto político pedagógico intervém em seu entorno, transformando-o; constitui um espaço para a família; conversa com os alunos identificando caminhos para um ensino de qualidade; proporciona a organização do trabalho pedagógico e da utilização dos tempos e espaços escolares; articula com as diretrizes e políticas educacionais; conquista coletiva de pequenas, contínuas, grandes mudanças; construção da sua identidade.

Capítulo II

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

A história de uma cidade pode ser um espelho da história de uma província, estado, região, nação. Se não um espelho fiel, ao menos um reflexo de muitos traços, que a história da nação às vezes esconde. A sociedade nacional, em suas diversidades, articulações e antagonismos, tem sempre algo a ver com a cidade. (Ianni apud Schneider, 2008, p. 9).

2.1. HISTÓRICO

Jundiaí é uma cidade de destaque devido, principalmente, à sua economia que está entre as maiores do estado, posicionando-a como um polo industrial e tecnológico, e seu índice de desenvolvimento humano que se encontra entre os melhores do país. Localiza-se a 761m do nível do mar e 60 km ao norte da cidade de São Paulo, faz divisa com Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Franco da Rocha, Cajamar, Bom Jesus de Pirapora, Cabreúva, Itupeva, Louveira, Vinhedo, Itatiba e Jarinu.

Segundo a Empresa de Planejamento Metropolitano Paulista – Emplasa, Jundiaí se tornará, a partir de 2020, uma metrópole com mais de 1 milhão de habitantes. Essa perspectiva confirma, numa visão retrospectiva, a “vocação logística” do município que representa, na história de São Paulo, um centro de promo o e irradia o de desenvolvimento econ mico. (Schneider, 2008, p. 178).

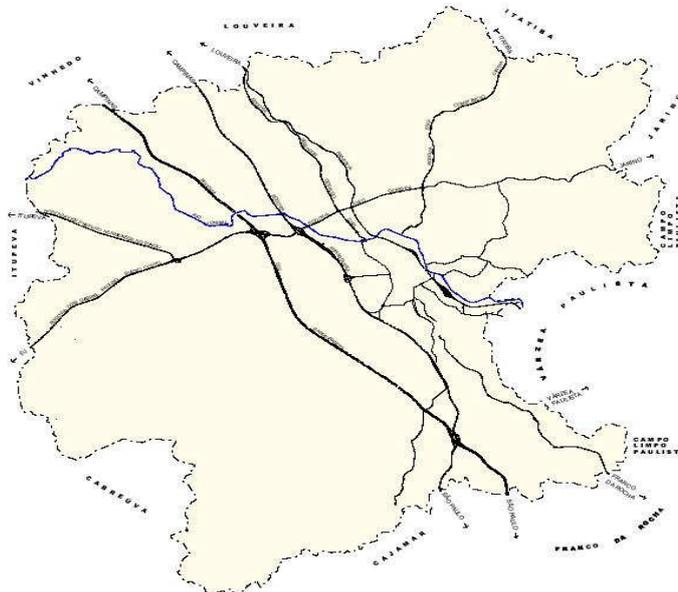


Figura 2: Mapa referente aos Limites Municipais de Jundiaí.²

Fundado a mais de 350 anos, o nome do município vem da jun o de “jundiá” (bagre) e “y” (rio), de origem tupi-guarani. Em rela o   funda o do povoado existem três versões,

² Imagem retirada do site da prefeitura municipal de Jundiaí, todos os demais presentes neste capítulo têm como fonte: Museu Histórico e Cultural de Jundiaí In SCHNEIDER, 2008.

não havendo unanimidade entre os pesquisadores; alega-se que em 1848 houve um incêndio no Arquivo da Cúria Metropolitana, perdendo diversos documentos.

Apesar desta polêmica, é importante relatar que a origem do povoamento relaciona-se com o desenvolvimento da Capitania de São Paulo que levou a movimentação da população em direção ao interior do estado em busca de terras apropriadas para o plantio e mão-de-obra indígena. O movimento bandeirante também colaborou neste processo. Segundo SCHNEIDER (2008), “o núcleo inicial de povoamento foi instalado em uma colina situada à margem esquerda do rio Jundiáí, tributário do rio Tietê, e a noroeste da Vila de São Paulo, *fazendo parte do Planalto Atlântico*”, se tornando, por alguns anos, um importante centro de abastecimento dos núcleos de mineração e mais avançado posto de ocupação humana do Planalto Paulista de forma a contribuir com a expansão e povoamento de várias regiões do território brasileiro. Inclusive, no brasão de Jundiáí se encontra a figura de um bandeirante e a seguinte frase: “*Etiam per me Brasilia magna*” que significa “Também graças a mim o Brasil se tornou grande” referindo-se a estas contribuições à história nacional.

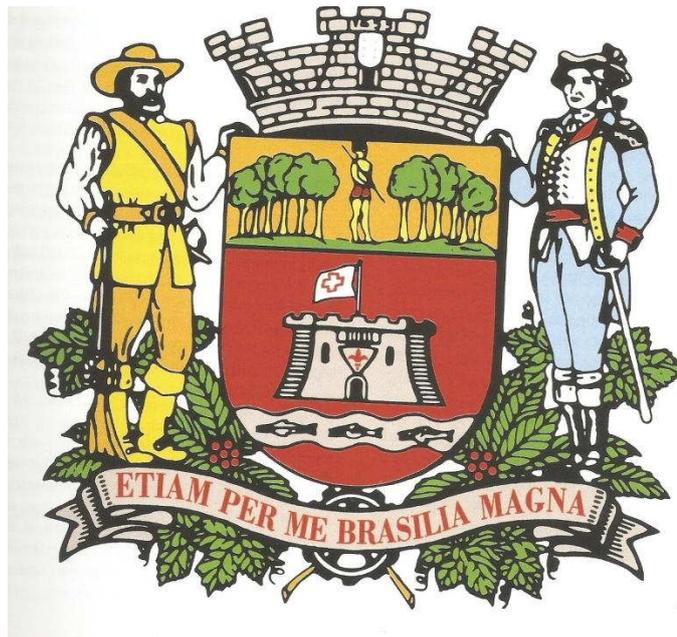


Figura 3: Brasão de Jundiáí.

No dia 14 de Dezembro de 1655, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de Vila, dando início a organização política e administrativa concentrada na Câmara Municipal que era “*composta pelo juiz, vereadores, procurador, almotacel e escrivão, eleitos entre os ‘homens bons’ – possuidores de bens, principalmente terras*”. Nesta época a economia reduzia-se às lavouras de subsistência e a escravidão indígena ainda era muito frequente. Dentre as atividades agrícolas, a plantação de cana-de-açúcar foi se

intensificando, inicialmente, ligada a produção de aguardente se tornando na segunda metade do século XVIII, o principal produto comercializável. O número de escravos africanos cresceu e a mão-de-obra indígena foi sendo abandonada.



Figura 4: Câmara Municipal de Jundiaí, entrada do Plenário.

Entretanto, com a categoria de cidade a partir de 28 de março de 1865, Jundiaí foi cada vez mais se transformando e com a vinda do café, das ferrovias, dos imigrantes rapidamente se desenvolveu. Em 1868, uma das mais importantes estradas de ferro do Estado de São Paulo foi construída, Santos- Jundiaí e em 1872, com o capital dos próprios cafeicultores, foi inaugurado o trecho Jundiaí-Campinas. Até os dias de hoje, a ferrovia é utilizada diariamente pela comunidade; alguns equipamentos e a antiga estação foram conservados e integram o patrimônio³ histórico-arquitetônico da cidade no Museu Ferroviário a partir de 1979, sendo restaurado novamente em julho de 2003.



Figura 5: Estação de Jundiaí da São Paulo Railway Company (SPR), Vila Arens, 1910

³ A Lei Orgânica do Município, promulgada em 1990, regulamenta e garante a preservação dos “bens históricos, culturais e ambientais” nos dias atuais.

Ainda no século XIX, com a influência do Governo Federal, o processo de imigração era crescente, os primeiros a se instalarem nos chamados núcleos coloniais foram os italianos.

Na cidade de Jundiaí, os imigrantes italianos encontraram condições bastante favoráveis para trabalhar e criar laços econômicos, sociais, culturais e afetivos com a pátria brasileira. Experiência única na história da imigração italiana, o núcleo colonial Barão de Jundiaí, foi objeto de pesquisa acadêmica do arquiteto Eduardo Carlos Pereira e da historiadora Elizabeth Filippini. (SCHNEIDER, 2008, p. 91).



Figura 6: Trabalhadores da administração e oficinas da fábrica de cadeiras de Sperandio Pellicciari

Esta integração é percebida no fato de que mais de 75% da população atual tem como descendentes, os italianos. Segundo a autora, o jornal “Cidade de Jundiahy” também destaca a importância destes no progresso do município, principalmente, a cultura da uva.

Com grande vocação agrícola, Jundiaí se despontou no cenário nacional com a produção de uvas de mesa, especialmente a niágara rosada. E para estimular ainda mais os produtores, foi criada a Festa da Uva em 1934, idealizada por Antenor Soares Gandra, com o apoio da Associação Agrícola de Jundiaí e Prefeitura. O evento foi centralizado no já extinto Mercado Municipal e marcou o Município. A festa continuou a ser realizada e com periodicidade de três anos, sendo que, em alguns períodos, o evento foi realizado de maneira mais espaçada. A partir de 1964, o evento passou a ser realizado ano sim, ano não, sempre em anos pares, alternando com a Festa do Morango. O local é o Parque Comendador Antonio Carbonari, mas conhecido como Parque da Uva. (site da prefeitura municipal de Jundiaí)



Figura 7: Imagem reproduzida no livro "A saga de uma família de sucesso", 1999

As políticas públicas, tendo em vista a qualidade de vida da comunidade e o desenvolvimento cultural, acompanharam o crescimento econômico que apesar do ascendente industrialismo, manteve também sua tradição agrícola. É reconhecida atualmente nas áreas cultural, educacional, tecnológica e ambiental, e a instalação de diversos parques temáticos geram empregos, atraem turistas e elevam o padrão de vida da comunidade.

O Parque Comendador Antonio Carbonari acolhe importantes eventos do calendário de festas do município e ligados à produção de frutas; o Parque da Cidade, com seus jardins e caminhos, é um dos mais visitados diariamente; o Parque do Trabalhador oferece infraestrutura para o lazer da família; o Jardim Botânico, em contínuo em processo de aprimoramento no plantio de mudas recebe visitantes locais e de outras cidades; a Serra do Japi, com sua flora e riqueza hídrica únicas, foi apontada como símbolo da cidade e elemento da identidade jundiense. (SCHNEIDER, 2008, p. 168)



Figura 8: Vista atual do Parque da Cidade

Este cenário de ferrovias e imigrantes proporcionou o crescimento comercial e industrial, assim como serviços e infra-estrutura urbana. Um dos maiores parques industriais da América Latina atuais, foi no setor têxtil que deu início a uma série de iniciativas pioneiras; como no caso da Indústria de Tecido Argos Industrial cuja área da fábrica, mais tarde, em sua memória, foi transformada no Complexo Cultural e Educacional Argos:

Cronistas jundienses recordam que a Argos foi a primeira empresa local a instalar creches, casas operárias, escolas, cinemas e outros benefícios que ligavam profundamente os operários com a vida industrial. A empresa desenvolveu projetos de cunho social e cultural para seus operários antes que legislação específica fosse criada. (SCHNEIDER, 2008, p. 110).



Figura 9: Vista parcial do Parque Industrial de Jundiáí

Outro edifício antigo de destaque que também cumpre uma função educacional e cultural é o Solar do Barão construído no período imperial, hoje, Museu Histórico e Cultural. Este foi restaurado por completo na década de oitenta. Assim como estes, diversas outras edificações que marcam a história de Jundiáí preservam a memória da cidade e se fazem presente construindo novas memórias para as gerações futuras.



Figura 10: Pátio interior do Solar do Barão, atual Museu Histórico e Cultural de Jundiáí.

2.2. PERFIL



Figura 11: Vista aérea do município de Jundiaí

Com a finalidade de ampliar a visão em relação ao município, pesquisaram-se alguns dados no site da prefeitura da cidade que se remetem ao seu perfil atual e colaboram para maior conhecimento a cerca deste e estes foram reelaborados pela autora, tais como:

Quadro 3 - Território e população	Ano	Jundiaí	Estado
Área (Em km2)	2011	431,97	248.209,43
População (Estimada pelo IBGE/Seade)	2011	374.962	41.674.409
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2011	867,80	167,90
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2010 (Em % a.a.)	2010	1,37	1,10
Grau de Urbanização (Em %)	2010	95,69	95,88
Índice de Envelhecimento (Em %)	2010	62,73	48,56
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2010	20,68	22,86
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2010	12,97	11,10
Razão de Sexos	2010	94,72	94,77

Quadro 4 - Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Jundiaí	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2009	14,38	14,39
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2009	51,89	51,17
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2009	12,19	12,48

Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2009	14,90	14,46
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2009	99,08	124,37
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2009	3.651,57	3.650,45
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2009	5,59	7,22
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-natal (Em %)	2009	82,46	76,61
Partos Cesáreos (Em %)	2009	52,00	57,56
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2009	8,35	9,22
Gestações Pré-termo (Em %)	2009	9,09	8,62

Quadro 5 - Condições de Vida

	Ano	Jundiaí	Estado
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2000	0,857	0,814
Renda per Capita (Em salários mínimos)	2000	3,63	2,92
Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2000	2,91	5,16
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 do Salário Mínimo (Em %)	2000	6,09	11,19

Quadro 6 - Habitação e Infraestrutura urbana

	Ano	Jundiaí	Estado
Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	2000	85,51	83,16
Domicílios com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)	2000	95,04	89,29
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,72	98,90
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento (Em %)	2000	97,27	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	2000	95,08	85,72

Quadro 7 - Finanças Públicas

Receita Total Arrecadada – Prefeitura (Em R\$)	2008	725.223.476,56
Receita Total Arrecadada – Prefeitura - Per Capita (Em R\$)	2008	2.040,49
Orçamento Total Executado – Educação (Em R\$)	2008	147.933.978,52
Orçamento Total Executado – Saúde (Em R\$)	2008	188.877.086,38

Quadro 8 - IDHM

PAÍS/ESTADO/MUNICÍPIO	IDHM-2000
Brasil	0,769
Estado de São Paulo	0,814
Jundiaí	0,857

Quadro 9 – Educação

	Ano	Jundiaí	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	5,01	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	8,02	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	52,70	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	45,47	41,88

2.3. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A ferrovia e a circulação mais rápida de notícias e ideias colaborou, segundo Schneider, para a construção de centros de convívio, clubes de lazer e associações literárias. A autora afirma que em 1882, surge a primeira Associação de Letras da cidade, apoiada pelo professor e latinista Joaquim Benedito de Queiroz Telles. Outro espaço de importância para a comunidade foi o Gabinete de Leitura de Jundiaí fundado em 1907 por um grupo de ferroviários.

**Figura 12: Gabinete de Leitura Ruy Barbosa**

Ao mesmo tempo, o ensino escolar também foi se expandindo através de instituições particulares:

O Colégio Florence para moças, que era de Campinas e veio para Jundiá em 1892. Depois vieram os Ginásio Hydecroft, Ginásio Rosa, Colégio Santo Antonio, Colégio Cristovão Colombo, Ginásio José Bonifácio, Escola Alemã e a Escola Paroquial Francisco Telles. Esta última foi construída por iniciativa particular de D. Ana de Queiroz Telles, neta do Barão de Jundiá, que entregou a direção da escola às Irmãs Vicentinas. (SCHNEIDER, 2008, p. 198)



Figura 13: Ginásio Rosa, Jundiá, década de 1950.

O ensino público não foi deixado de lado e a primeira escola foi inaugurada em 1896, período de expansão do ensino público no Brasil, denominada Escola Siqueira de Moraes cujo edifício é hoje considerado um patrimônio histórico da cidade.

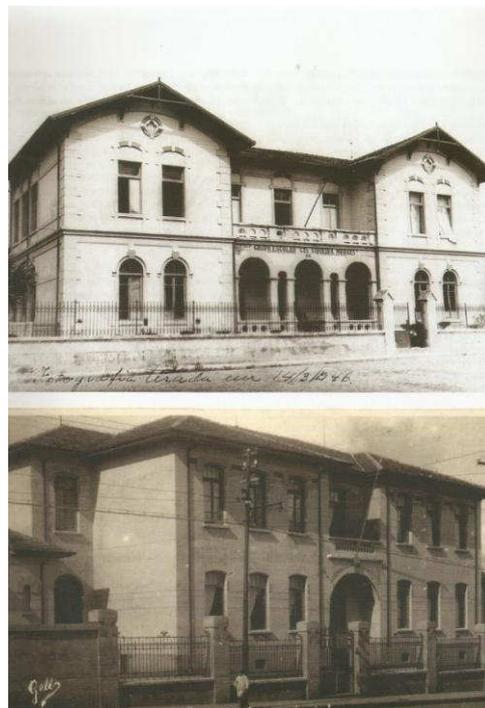


Figura 14: Escola Siqueira de Moraes⁴, 1946 e Escola Conde de Parnaíba, 1920.

⁴ O edifício hoje abriga a Pinacoteca.



Figura 15: Escola Estadual Conde do Parnaíba, década de 1990.

Em geral, os professores eram formados em Campinas até a construção da Escola Normal Livre “Escola Normal Livre de Jundiaí”, mais tarde intitulado “Instituto de Educação de Jundiaí”, e hoje “EE Bispo Dom Gabriel Paulino Bueno Couto”; posteriormente, surge também, o Grupo Escolar da Vila Arens. *“Estas instituições são consideradas exemplares na história do ensino da cidade e receberam os filhos das famílias da elite econômica e cultural”* (SCHNEIDER, 2008, p. 202).

Outro dado importante que mostra a importância do setor ferroviário na área educacional é a administração de uma escola técnica de formação de profissionais ferroviários desde 1920, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. O ensino profissional e técnico, ainda muito valorizado, era prioridade do Departamento Municipal de Educação criado por volta de 1930. Para atender a crescente necessidade mão-de-obra qualificada para as indústrias, na década de quarenta, inaugura-se o Sesi e depois, a Escola Técnica Vasco Antônio Venchiarutti, parte do Centro Tecnológico Paula Souza.

A implementação de uma instituição voltada para as crianças de 3 a 12 anos ocorreu em 1946, Parque Infantil Prefeito Aníbal Marcondes, a única até 1970 quando foram inauguradas mais quatro unidades, contudo, em 1975, todas estas foram extintas.

Na década de sessenta, a expansão da Escola Padre Anchieta, em funcionamento a partir de 1942, surgiram as primeiras escolas de nível superior. *“Hoje, Jundiaí abriga onze instituições de ensino superior e sua rede de ensino fundamental é considerada modelo no Estado de São Paulo”*. (SCHNEIDER, 2008, p. 202).

Com a criação da Secretaria Municipal de Educação (SME) em 1971, a educação pré-escolar se torna prioridade com o objetivo de preparar as crianças para o ensino fundamental. O crescimento da oferta de vagas cresceu bastante na década de oitenta por conta da exigência da comunidade, nesta mesma época, inicia-se um processo de incorporação da teoria construtivista que irá influenciar as publicações municipais até os dias atuais. Pioneiro na municipalização entre 1996 e 1999 conseguiu responsabilizar-se por cem por cento do atendimento do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, em cooperação com a União e o Governo do Estado como previsto em lei.



Figura16: Paço Municipal

Esta trajetória assim como os projetos inovadores tendo em vista a participação e a valorização da “bagagem cultural e social” dos jovens assim como o “desenvolvimento de uma consciência crítica” colocou a cidade em evidência, recebendo a premiação, em junho de 2000, em mérito em Gestão Educacional – Medalha Anísio Teixeira; iniciativa apoiada pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef).

Assim, funcionam na cidade projetos inéditos no país: curso de informática gratuito para pessoas de todas as idades; Centro de Línguas, com aulas de inglês, espanhol, francês, alemão e italiano, sem custo para os alunos; escola de formação de pedreiros e mestres-de-obras; programas de capacitação para professores; transmissão periódica de debates pela Televisão Educativa da Prefeitura (TVE) sobre o dia-a-dia nas escolas. (SCHNEIDER, 2008, p. 205)

Vários projetos atuais estão relacionados também à Serra do Japi, símbolo da cidade e patrimônio natural, protegido pela legislação. Sua fauna e flora remanescente da Mata

Atlântica devem ser preservadas e restauradas. A consciência ambiental amplia-se, inclusive, no que se refere ao local de trabalho, funcionamento das empresas.

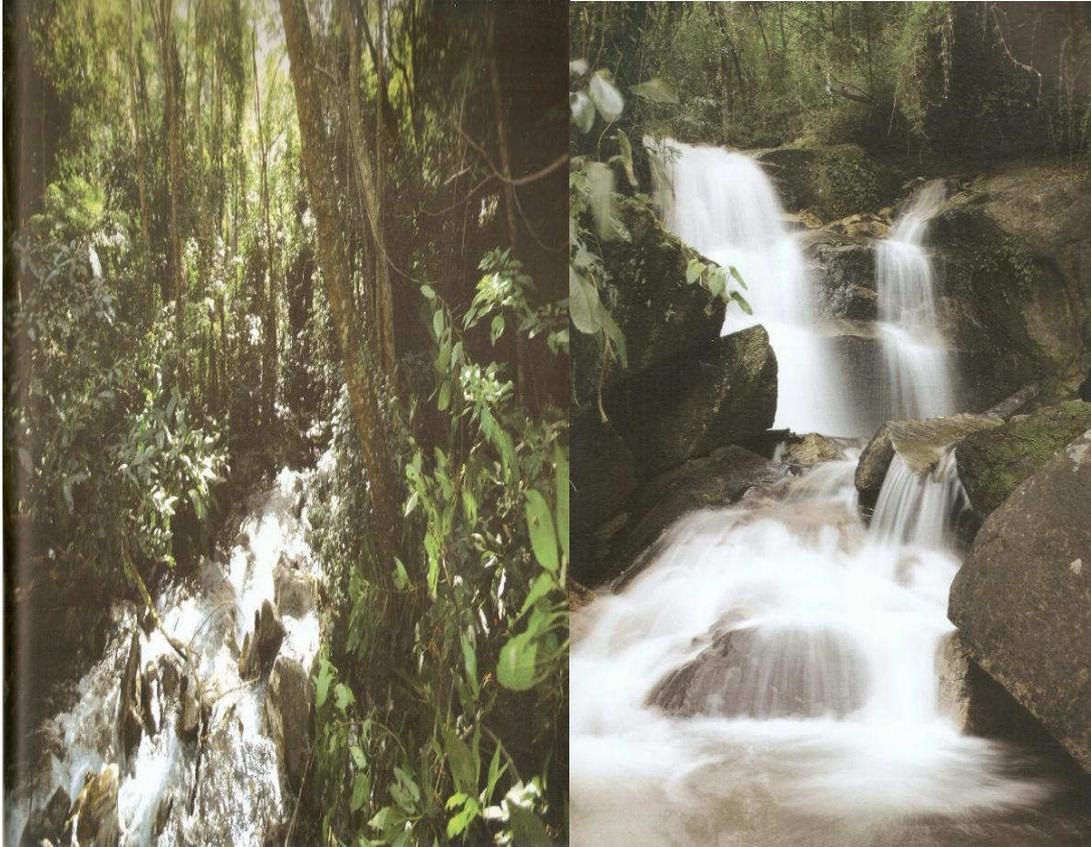


Figura 2: Mananciais da Serra do Japi

Segundo o site da prefeitura, a secretaria municipal conta com 110 unidades escolares – oitenta escolas, sendo nove em período integral, e trinta creches totalizando um atendimento de mais de 40,4 mil alunos – cerca de 30 mil na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Estes recebem suporte da prefeitura como transporte até a escola, material didático e alimentação escolar. Schneider comenta a importância destinada a alimentação no município, segundo ela também usado como instrumento pedagógico; a exemplificar cita o projeto Horta Escolar no qual são produzidos em uma área de aproximadamente três hectares os alimentos utilizados para a merenda escolar, envolvendo alunos e agricultores. A Secretaria Municipal de Educação se localiza no Complexo Cultural e Educacional Argos e com o lema “todo aluno aprendendo mais e melhor” administra uma série de projetos visando um ensino de qualidade.

Complexo Cultural e Educacional Argos



Figura 18: Fachada da Argos Indústria e Lateral do Complexo Argos

Preservadas as suas características arquitetônicas históricas e sua importância na área educacional, com 365.000 m², o Complexo Cultural e Educacional Argos inclui o Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos "Prof. Dr. André Franco Montoro" oferece, segundo o site da prefeitura, o Ensino Fundamental e Médio presencial e semipresencial gratuitamente para jovens e adultos que “na idade regular, não tiveram acesso ou não deram continuidade” aos seus estudos; o Centro Municipal de Formação e Capacitação Permanentes do Magistério “Professor Paulo Freire” inaugurado em 1999, onde se realizam cursos para todos os profissionais da educação e também o Programa Arte, Movimento e Eu (AME), que “visa o desenvolvimento de experiências físicas, artísticas e psicológicas dos profissionais da área de educação, através de cursos de pintura, teatro, música e atividades como *condicionamento físico, dança do ventre e pilates*”; o Espaço Pedagógico, sede da Diretoria de Educação Infantil e de Ensino Fundamental e dos Núcleos de Administração Escolar

(NAE), Administrativo de Creche (NAC) e de Apoio à Aprendizagem (NAA), foi criado em 2009 e é considerado um espaço de importante diálogo entre as unidades; o Centro Municipal de Informática capacita cerca de duas mil pessoas para o mercado de trabalho no Centro Municipal de Línguas “Antônio Housaiss” 1,6 mil alunos são beneficiados com cursos de inglês, italiano, francês e espanhol; e a emissora de Televisão Educativa do Município, “sua proposta é buscar a participação da sociedade, colocando o jundiense, principalmente o educador, no vídeo, como telespectador e emissor”, criada pela Lei nº 4959/97.

3. PLANEJAMENTO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

As reformas educacionais, em geral introduzidas por mudanças na legislação, costumam ser medidas que causam impacto tanto na estrutura, como no funcionamento do ensino. (VIERA, 2009)

Através das leis, as linhas de ação se expressam e novos rumos são tomados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9. 394/96, certamente trouxe novos rumos à educação no município de Jundiaí, incitando diversas normativas. Como observado no capítulo anterior, a cidade se destaca no campo educacional, sendo relevante compreender sua concepção de educação definida pelo artigo 196 da Lei Orgânica do Município:

Art. 196. A Educação, enquanto direito de todos, é um dever do Estado, da sociedade e da família, e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica do indivíduo e de seu preparo para o exercício pleno da cidadania e da vida social.

Em seu artigo 8º, a LDB estabelece que os municípios podem se organizar em sistemas de ensino de forma autônoma, em regime de colaboração com a União, Estados e Distrito Federal. E no 11º, reforça através das responsabilidades dos municípios:

Art. 11º. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Fomenta, através dessa possibilidade, a adaptação às realidades assistidas e que as suas necessidades e perspectivas sejam ouvidas, de forma que a escola seja um reflexo da comunidade a qual está inserida. As etapas de elaboração na perspectiva do planejamento participativo (marco referencial, diagnóstico, programação) tem em vista essa finalidade em seu processo construindo a autonomia da instituição e demarcando a sua identidade, sua história.

Logo após a LDB, em 29 de Dezembro de 197, pela lei nº 5.086, Jundiaí cria o seu sistema municipal de ensino. Segundo a qual, no seu artigo 2º, encontra os princípios norteadores do ensino:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público com piso salarial profissional;
- VI - garantia de padrão de qualidade.

A redação se aproxima à da Constituição Federal (art. 206), sendo que alguns foram alterados como no caso do inciso III e V, e o inciso VI da Constituição que foi retirado que estabelece a gestão democrática. Ao comparar com os princípios presentes na LDB (art. 3º), os artigos IV, VIII, X, XI também não foram reforçados. Contudo, ao garantir a *“participação de docentes, pais e demais segmentos”* (art.3, inc. V) no processo de planejamento, observa-se que nos seus objetivos o princípio de gestão democrática está presente e ainda referindo-se ao âmbito municipal, ou seja, não se restringe à escola.

Na LDB consta no artigo 18 que os sistemas de ensino compreendem: *“as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal”, “as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada” e os “órgãos municipais de educação”*. De acordo, na lei nº 5.086, artigo 7º define-se:

ART.7º Os órgãos que compõe o Sistema Municipal de Ensino são:

- I- a Secretaria de Educação do Município de Jundiá;
- II- as instituições do ensino fundamental e de educação infantil mantida pelo Poder Público Municipal;
- III- as instituições de educação infantil mantida pela iniciativa privada;
- IV- o Conselho Municipal de Educação.

Assim como os conselhos escolares, o Conselho Municipal é uma instância importante na construção de uma gestão democrática e na garantia de um ensino de qualidade (art. 14 – LDB), pois como afirma Benavente (apud VEIGA, 2003, p. 269), *“(...) as inovações não têm hipóteses de sucesso se os atores não são chamados a aceitar essas inovações e não se envolvem na sua própria construção”*. Por consequência, pode-se afirmar que auxiliam e viabilizam a implementação de políticas educacionais voltadas a transformação social.

A composição do Conselho Municipal de Educação, lei nº 5088, promulgada na mesma data, foi alterada pela lei nº 6.794 - dez anos depois, em 2007. Em 1997, o Conselho era composto por 1 representante de cada área (Educação Infantil, Fundamental, Supletivo e Educação Especial), 1 representante da Associação Municipal dos Educadores de Jundiá, 1 das Associações da Secretaria Municipal de Educação (SME), 1 do Sistema privado de ensino e 1 do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Com as alterações, o número de membros aumenta para catorze membros: o número de representantes da Secretaria Municipal de Educação sobe para 4, sendo que dentre eles, um

deve ser o secretário municipal, extinguindo a obrigatoriedade de ser um por área; 1 da instituição de apoio aos portadores de deficiência; 2 da instituição da classe de trabalhadores da educação; 2 das Associações de Pais e Mestres, um da rede municipal e outro da rede estadual de ensino; se mantém 1 representante do sistema privado e 1 do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; e acrescenta-se 1 da Diretoria Regional de Ensino, 1 das Instituições formadoras de profissionais da área de educação e 1 das instituições estudantis. Mantém também a nomeação através do prefeito por 2 anos. Deve-se destacar a maior representatividade das Instituições Auxiliares nesta composição atual.

Dentre as funções do Conselho, atribui-se a participação na elaboração e na atualização do Plano Municipal de Educação (art. 204, inc. I – Lei Orgânica do Município de Jundiaí). Nos artigos 9, 10 e 11 da LDB nº 3.94/96 constam que os planos nacionais, estaduais e municipais de educação devem ser articulados. Em conformidade, na Lei nº 5.086:

Artigo 3º - São objetivos do Sistema Municipal de Ensino:
[...]

VII – Elaborar o Plano Municipal de Ensino, de duração plurianual visando à articulação e desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis e à integração das ações do Poder Público Municipal.

É, sobretudo, um documento de estratégias de políticas de educação que inclui a intenção de uma avaliação constante à luz da Constituição Federal, da LDB, da Lei Orgânica de Município, e articulando com as metas definidas nos planos nacionais e estaduais, como já dito anteriormente.

O Plano Municipal de Educação tem por objetivo planejar e executar ações que possam atender especificamente as necessidades educacionais do município através do levantamento e análise de informações referentes a realidade municipal, do conhecimento da legislação educacional e da participação democrática,

[...] mobilizando todas as forças sociais, políticas e envolvendo os poderes executivos, legislativo, o Ministério Público e a sociedade civil organizada, na perspectiva de garantir os direitos da população, preceituada pela Constituição Federal de 1988, em seus arts. 205 e 206 e incisos I a VII; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96; e no Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/01. (Documento norteador para elaboração do Plano Municipal de Educação, 2005, p. 8)

Segundo a Lei nº 5.086 (art. 4º), o plano tem como objetivos a “*erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria a qualidade do ensino; promoção humanística, científica e tecnológica; e valorização do professor*” tendo como base o artigo 214 da Constituição Federal de 1988.

A fim de atingi-los é necessário que as políticas educacionais sejam escolhas qualificadas e comprometidas viabilizadas através da gestão democrática. Há muitos desafios a serem enfrentados nesse processo como o estabelecimento de condições necessárias a uma prática educativa de qualidade e adequada à realidade de cada município e cada escola; porém, sem uma construção coletiva, estes objetivos ficam mais distantes de sua concretização. Em uma sociedade complexa em que coexiste pluralidade de ideias, só pode ser contemplada quando se torna autora do processo.

A discussão do currículo também é central, pois o planejamento curricular revela as concepções de educação escolar, de escola, de educador, de sistema de ensino, entre outras assumidas no plano municipal e no projeto político pedagógico. Conforme “Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica” (2009) o currículo,

expressa o projeto político-pedagógico da instituição em que se desenvolve, englobando, como já se ressaltou, as experiências vivenciadas pelo estudante em seu tempo de formação acadêmica. Constitui, portanto, um instrumento político, cultural e científico formulado com base em uma construção coletiva.

No mesmo documento, orienta que os entes federativos e as unidades escolares complementem “por meio de parte diversificada que atenda às necessidades e especificidades regionais e locais e às necessidades de seus alunos”. Em resposta, o município de Jundiaí tem propostas curriculares para o Ensino Infantil de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, Ensino Fundamental I e II, Escola de Tempo Integral, Inglês e Educação Física. À efeito de exemplificação, na Proposta Curricular do Ensino Infantil de 0 a 3 anos, consta:

O projeto pedagógico, fundamentado nesta Proposta Curricular, é o documento que define as metas que a instituição de Educação Infantil pretende adotar para o desenvolvimento das crianças que nela são educadas e cuidadas, garantindo a construção de aprendizagens consideradas significativas. (p. 15).

A gestão democrática aparece como relevante no processo e a participação de todos para que estas se efetivem. Na proposta relativa à Educação Infantil de 4 a 5 anos define-se:

A partir disso, este documento apresenta às unidades de Educação Infantil importantes norteadores que servirão para elaborar, desenvolver e auxiliar os seus projetos pedagógicos. O objetivo é proporcionar de forma intencional oportunidades para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças por meio da exploração de assuntos das diferentes áreas do conhecimento atrelados à iniciativa e à curiosidade infantil. Entendemos que para vivenciar uma proposta pedagógica em que os professores atuem como sujeitos, não apenas como meros observadores, são requeridos deles saberes próprios sem os quais eles não têm condição de tornar realidade nenhuma proposta. Portanto, somente pela reflexão do educador infantil sobre a escola, sobre o que os alunos precisam aprender e sobre como aprimorar constantemente sua prática, é possível garantir o aperfeiçoamento e a conscientização a respeito da importância de seu trabalho.

Em consonância, as propostas enfatizam a importância da organização do tempo, do espaço e dos materiais assim como a avaliação por parte de toda a comunidade educativa de

forma que o projeto e os planos de ensino possam ser aperfeiçoados constantemente a fim de atingir as finalidades da educação.

No entanto, a regulamentação dos Planos de Desenvolvimento da Unidade, nomenclatura utilizada no documento, é realizada através do Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiaí, criado em 1998, sendo parte de uma série de modificações após a LDB feitas no município como visto até o momento. O regimento está dividido em seis partes sendo elas: I. Disposição preliminar e Caracterização, Natureza, Fins e Cursos das Escolas Municipais de Ensino Básico de Jundiaí; II. Organização Administrativa; III. Direitos e deveres dos participantes do processo educativo; IV. Organização Didática; V. Organização Disciplinar; VI. Disposições Gerais e Transitórias.

No que se refere à estrutura organizacional da escola municipal, o título II, capítulo I – Da caracterização (art.10) do Regimento, esta integra: o Núcleo de Gestão Escolar; Conselho Escolar; Núcleo Técnico- Pedagógico; Núcleo Administrativo; Núcleo Operacional; Equipe Docente; Equipe Discente; Núcleo de Apoio Escolar; Instituições Auxiliares.

O Título II, capítulo II – Núcleo de Gestão Escolar, “centro executivo de planejamento, organização, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Unidade Escolar” (art. 11 a 15) refere-se às atribuições do diretor de escola e assistente de direção:

ART.12 – Integram o Núcleo de Gestão Escolar:

I – Diretor de Escola

II – Assistente de Diretor de Escola

ART.13 – O Diretor de Escola tem as seguintes competências específicas:

I – Em relação às atividades gerais:

I – implementar na escola a linha de ação adotada no Plano de Desenvolvimento da Unidade, observadas as diretrizes da proposta educacional da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e a participação do Conselho de Escola;

II – participar da elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) e encaminhá-lo a Secretaria Municipal de Educação e Esportes para homologação;

[...]

VIII – convocar e presidir reuniões do Conselho de Escola, APM, da equipe escolar, do Conselho de ciclos e de alunos;

[...]

XV – promover ações de integração escola-família-comunidade, visando o interesse da aprendizagem em consonância com a proposta educacional do Sistema Municipal de Ensino.

XVI – assegurar a toda Equipe Escolar, alunos e pais ou responsáveis, o conhecimento do Regimento Comum das Escolas Municipais e da Proposta Pedagógica da Unidade Escolar;

[...]

XXIX – ter autonomia para adequar o Calendário Escolar conforme necessário, com homologação da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

[...]

ART. 14 – São atribuições do Assistente de Diretor de Escola, além de outras previstas na legislação, trabalhar em consonância com o Diretor de Escola, tendo as mesmas atribuições, substituindo-o no impedimento.

ART. 15 – A Unidade de Ensino para comportar um Assistente de Diretor de Escola deverá ter no mínimo 500 alunos efetivamente matriculados.

Parágrafo único – Situações diferenciadas poderão ser autorizadas após análise da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

E no capítulo IV – Do Núcleo Técnico- Pedagógico (art. 31 a 33) do Regimento constam as atribuições do coordenador pedagógico:

ART. 31 – As atividades de coordenar a área pedagógica são exercidas pelo Coordenador Pedagógico de acordo com os critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

1º - A Unidade Escolar para comportar um Coordenador Pedagógico deverá ter no mínimo 300 (trezentos) alunos;

2º - As escolas com numero inferior a 300 alunos deverão ser agrupadas, até que se complete este numero;

3º - Situações diferenciadas poderão ser autorizadas após análise da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

ART. 32 – O Coordenador pedagógico é o responsável pela coordenação, orientação, acompanhamento, avaliação e controle das atividades curriculares no âmbito da escola, de acordo com as diretrizes da política educacional do Sistema Municipal de Educação e respeitada a legislação em vigor.

ART.33 – São atribuições do Coordenador Pedagógico:

I – participar da elaboração do PDU;

II – coordenar as atividades de planejamento quanto a aspectos curriculares;

III – prestar assistência técnico-pedagógica aos professores, visando assegurar eficiência e eficácia do desempenho dos mesmos, para a melhoria dos padrões de ensino e aprendizagem:

- a) propondo técnicas e procedimentos;
- b) selecionando e oferecendo matérias didáticos;
- c) orientando e organizando as atividades de sala de aula;
- d) garantindo os registros do processo pedagógico.

IV – organizar, com o Diretor de Escola, a programação das Horas de Estudo, Reuniões Pedagógicas, Conselho de Ciclo e de Alunos;

[...]

X – coordenar o planejamento do arranjo físico e aproveitamento racional das salas de aula, oficinas, laboratórios e outros ambientes pedagógicos;

XI – avaliar os resultados de ensino, a partir de indicadores decorrentes dos procedimentos de avaliação interna e externa da escola;

XII – assegurar o fluxo de informações entre as varias instancias do sistema;

XIII – elaborar relatório de suas atividades e participar da elaboração de relatórios de ordem pedagógica, quando for o caso;

XIV – interpretar a organização didática da escola para a comunidade.

A coordenação do processo de elaboração do projeto pedagógico da unidade ou plano de desenvolvimento da unidade é uma das principais funções do diretor e do coordenador pedagógico, pois norteia toda a dinâmica escolar. Para garantir a gestão democrática e visando um trabalho integrado, contam com a presença do núcleo de Apoio Escolar (Art. 53 à 55), das Instituições Auxiliares (art.65 a 68) e do Conselho de Escola (art.16 a 25). Em relação a este último, dispõe da seguinte forma no regimento:

ART.16- O Conselho de Escola, de natureza deliberativa, consultiva e fiscal é o órgão colegiado de tomada de decisões, respeitados os princípios e diretrizes da política educacional, da proposta pedagógica da escola e da legislação vigente.

Parágrafo Único – A definição do Plano de Desenvolvimento da Unidade será eixo norteador das ações a serem desenvolvidas na Unidade Escolar, é de responsabilidade de todos os componentes.

ART.17 – O Conselho Escolar tem por finalidade atuar como mediador dos anseios da comunidade educativa em que está inserido, buscando alternativas para efetivar projetos que visem garantir o cumprimento de função da escola, que é ensinar.

§1º - O Conselho Escolar deverá articular suas ações com os profissionais da Educação, preservando as especificidades de cada área de atuação.

§2º - A atuação e a representação de qualquer dos integrantes do Conselho Escolar visarão sempre o aluno, fundamentadas nas finalidades da Educação definidas neste Regimento.

Estes trechos do regimento reforçam a participação coletiva e o envolvimento da comunidade como diretriz, como necessidade.

Capítulo IV

4. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Entendemos a escola como espaço vivo, democrático, privilegiado e adequado para concretização dos princípios da ação educativa. [...] A educação assim entendida, é um processo permanente que acontece dentro e fora da escola com a articulação de conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática. Além disso, enfatiza o caráter histórico e cultural do conhecimento, possibilitando uma formação articulada com as necessidades sociais e promovendo a auto-realização e o desenvolvimento dos profissionais envolvidos. (Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiaí em Proposta Político-Educacional – Organização do Ensino na Escola Municipal)

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMEB PROF. GERALDO PINTO DUARTE PAES



Figura 19: Entrada da EMEB⁵

Para a realização deste capítulo, com a finalidade de ilustrar as reflexões discutidas até o momento, foi selecionada uma escola pertencente ao sistema municipal de ensino de Jundiaí na qual fui estagiária no ano de 2011 sob a orientação também da professora doutora Marta Leandro da Silva.

⁵ As figuras deste capítulo foram retiradas pelo autor com autorização da unidade.

A EMEB Prof. Geraldo Pinto Duarte Paes, localizada na Rua Ângelo Pernambuco, 180 no Jardim Ermida II, em Jundiaí – São Paulo, contempla a faixa etária do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

QUADRO 10: Biografia do Patrono – Professor Geraldo Pinto Duarte Paes

O professor Geraldo Pinto Duarte Paes, jundiaense, nascido em 25 de maio de 1995 iniciou sua carreira no magistério na Escola Normal de Jundiaí, citada no capítulo II, cuja fundadora foi Anna Pinto Duarte Paes – sua mãe. Lecionou nas cidades de São Paulo, no Instituto Getúlio Vargas e Rio Branco; Rio de Janeiro, coordenando cursos para crianças com necessidades especiais; Bauru, no Instituto de Educação de Bauru; Capivari, assumindo a cadeira de Educação; e Jundiaí, no Instituto de Educação de Jundiaí até se aposentar. Dedicou a sua vida à educação e veio a falecer no dia 10 de fevereiro de 1997.

Fonte: Baseado no projeto pedagógico da unidade (2012)

Foi inaugurada em fevereiro de 2001, para atender um bairro em constante expansão, fruto do grande crescimento industrial da cidade: o Parque Eloy Chaves. Apesar de existirem várias indústrias próximas, possui um caráter residencial, inclusive a população tem aumentado nos últimos anos devido aos condomínios. Em relação à religiosidade, segundo o projeto, o bairro abarca variados credos religiosos. Comércio variado e escolas públicas até o ensino médio foram instaurados para atender essa comunidade em expansão. A secretária da instituição comenta sobre essa constante transformação do bairro: *“lembro-me que poucas residências existiam ao redor da escola... havia muito mato e trilhas. Hoje, temos um bairro todo habitado e com um Parque Botânico lindíssimo!”*.

A escola tornou-se referência, contando com grande participação da comunidade nas suas atividades. Nas palavras da auxiliar Luzia Alves, funcionária da unidade desde a sua inauguração, *“a alegria das pessoas em terem um belo espaço para seus filhos estudarem”*, já que os alunos ocupavam um espaço cedido pela escola estadual do bairro. *“Lembro-me até hoje da primeira Gincana Cultural da qual participamos, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2001. A participação dos alunos foi emocionante. Movimentou a todos!”*. (Projeto Pedagógico da Unidade, 2012, p. 11). O objetivo principal dos diretores desde a fundação da instituição, segundo o projeto, é de: *“ensinar as crianças de forma prazerosa”*.

A instituição atende também crianças dos bairros: Jardim Tannus e Jardim Ermida II, em sua maioria, mas também do Medeiros, Fazenda Grande, Almerinda Chaves, Novo Horizonte, Retiro. A prioridade para as matrículas são para os moradores do bairro, como

previsto em lei. Especifica as questões de matrícula no Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiá, Título IV, capítulo I – Da matrícula (art.97 a 105):

ART.97- As matrículas obedecerão três momentos:

I – Rematrícula – para alunos do Sistema, com garantia de vaga no Sistema;

II – Inscrição de alunos novos e

III – Confirmação da matrícula, com possíveis encaminhamentos para outras Unidades Escolares, no caso de alunos excedentes.

Parágrafo Único – As inscrições para EMEBs de O a três anos, independente do número de vagas, serão realizadas em MARÇO e no período de matrículas do Sistema Municipal de Ensino, num sistema de lista única.

ART.98 – A matrícula será efetuada mediante requerimento do pai ou responsável ou do próprio aluno, se maior.

§1º – Constará do requerimento a que se refere o “caput” deste artigo a anuência do pai, do responsável ou do aluno ao presente Regimento.

ART.99 – São condições para matrícula na Educação Básica:

[...] II – Ensino Fundamental

Série Inicial - complementar seis anos até 30/06 no ano da sua matrícula

Nas demais séries dos Ciclos, comprovação de escolaridade anterior.

[...]

ART.100 – Para ingresso na 5ª Série o aluno deverá ter idade igual ou inferior a 14 anos; acima desta idade terá que frequentar o Ensino de Jovens e Adultos

ART.101 – Os alunos portadores de deficiência visual, auditiva, física ou mental poderão ser matriculados em classes comuns ou especiais, observada sua situação de aprendizagem.

ART.102 – Os alunos oriundos do estrangeiro serão matriculados nas escolas municipais desde que comprovem permanência regular do país, ou apresentem protocolo de requerimento dessa permanência, nos termos legislação vigente.

ART. 103 – As matrículas serão efetuadas, anualmente, em época prevista em edital, publicado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

ART.104 – É expressamente vedado à escola condicionar a matrícula ao pagamento de taxas de qualquer natureza e a quaisquer outras exigências adicionais às previstas pela legislação.

ART.105 – No Ensino Fundamental Regular será admitido o aproveitamento de estudos realizados no ensino regular ou ensino de jovens e adultos ou evidenciados mediante aprovação em disciplinas nos exames supletivos, respeitados os limites de idade. [...]

O espaço físico, a escola, conta com uma área de aproximadamente 3500 m², contendo nove salas de aula, quadra coberta, depósito dos materiais de educação física⁶, parque de diversão, pátio, biblioteca, dois banheiros para os alunos (masculino e feminino), cozinha à serviço da merenda das crianças, duas salas de almoxarifado, sala de informática, copa para os professores, sala dos professores, sala do diretor, sala do assistente de direção e do coordenador pedagógico, secretaria, dois banheiros para os funcionários e professores (masculino e feminino).

⁶Construído em 2011, atendendo a meta estabelecida no projeto pedagógico da unidade do mesmo ano.

QUADRO 11: ALUNOS MATRICULADOS

2011		2012	
Manhã (7h30 às 12h30)	Tarde (13h às 18h)	Manhã (7h30 às 12h30)	Tarde (13h às 18h)
4° A – 27 alunos	1° A – 27 alunos	3° A – 27 alunos	1° A – 26 alunos
4° B – 29 alunos	1° B – 28 alunos	3° B – 26 alunos	1° B – 26 alunos
4° C – 30 alunos	1° C – 27 alunos	3° C – 27 alunos	1° C – 26 alunos
4° D – 26 alunos	1° D – 26 alunos	4° A – 31 alunos	1° D – 26 alunos
5° A – 26 alunos	2° A – 25 alunos	4° B – 29 alunos	2° A – 30 alunos
5° B – 28 alunos	2° B – 24 alunos	5° A – 27 alunos	2° B – 28 alunos
5° C – 25 alunos	2° C – 25 alunos	5° B – 27 alunos	2° C – 28 alunos
5° D – 27 alunos	3° A – 30 alunos	5° C – 28 alunos	2° D – 25 alunos
	3° B – 30 alunos	5° D – 29 alunos	
TOTAL GERAL DE ALUNOS – 459		TOTAL GERAL DE ALUNOS – 469	

Fonte: Projeto pedagógico da unidade 2011 e 2012

Segundo a funcionária Ana Giroto, “a demanda de alunos aumenta a cada ano, graças ao sempre bom trabalho realizado pela escola” (Projeto Pedagógico da Unidade, 2011, p.11). Esta organização ilustrada através do quadro acima foi feita de acordo com o Título I, capítulo III – Da Organização e funcionamento das Escolas Municipais de Educação Básica (art. 7º) e no Título III, capítulo III – Critérios de Agrupamento de Alunos (art.95 e 96) do Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiá:

ART.7º A educação básica é organizada da seguinte forma:

[...] II- O ensino fundamental terá 9 (nove) anos de duração e será organizado em quatro ciclos, da seguinte forma:

CICLO 1 – Série inicial, 1ª e 2ª séries

CICLO 2 – 3ª e 4ª séries

CICLO 3 – 5ª e 6ª séries

CICLO 4 – 7ª e 8ª séries

ART.95 – As classes serão formadas com alunos devidamente matriculados dentro do módulo básico estipulado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, na seguinte conformidade: [...]

h) Ensino Fundamental – Série Inicial – 32 alunos

i) Ensino Fundamental – Ciclo Um e Dois – 35 alunos

j) Ensino Fundamental – Ciclo Três e Quatro – 35 alunos

Parágrafo Único A critério da Secretaria Municipal de Educação, excepcionalmente, o Diretor de Escola poderá manter classes com número inferior ou superior ao limite estabelecido neste artigo.

ART.96 – Observada a legislação em vigor, as turmas de Educação Física, nos Ciclos 3 e 4, poderão ser organizadas por aptidão física, ou em grupos, para a realização de atividades relacionadas com determinada modalidade esportiva.

Há cinco funcionários para a limpeza, três merendeiras, uma funcionária administrativa, uma bibliotecária e uma caseira que reside em uma casa ao lado da escola. A equipe gestora conta com o diretor, vice-diretora/ assistente de direção e coordenadora pedagógica. A escola possuía, no ano de 2011, vinte e três professores, dezesseis das oficinas básicas, dois são de inglês, dois de educação física/ corpo e movimento, um de artes, um de música e um da oficina de mente inovadora. Em 2012, os professores para artes e música não foram disponibilizados, sendo necessária uma revisão destes projetos.

<p>Quadro 12: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO</p> <p><u>SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES</u> Prof. Francisco José Carbonari</p> <p><u>EQUIPE DE GESTÃO ESCOLAR</u> <u>Diretor</u> Prof. Djalma Henrique Paes <u>Assistente de Direção</u> Prof^ª. Maria Pereira Mininel <u>Coordenadora Pedagógica</u> Prof^ª. Daniela Corradini da Silva</p> <p><u>EQUIPE DE APOIO À UNIDADE ESCOLAR</u> <u>Diretora de Educação Fundamental</u> Prof^ª. Vasti Ferrari Marques <u>Diretora do Departamento de Alimentação e Nutrição</u> Prof^ª. Maria Ângela Oliveira Delgado <u>Diretora de Apoio Administrativo</u> Prof^ª Valderez Rivelli Delgado <u>Diretora do Departamento Técnico-Financeiro</u> Marlene Leme dos Santos Passos <u>Supervisora Escolar</u> Prof^ª Silmara Leme do Prado <u>Supervisora de Alimentação e Nutrição</u> Prof^ª Regina Célia Lima Brayner</p>
--

Fonte: Projeto pedagógico da unidade (2012)

4.2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES

Conhecer o projeto pedagógico de uma unidade, assim como conhecer os trabalhos das escolas e ouvir aqueles que o vivenciam é fundamental para suscitar novas ideias, novos posicionamentos, novas práticas, novos projetos. No documento “Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica” (2009), traz a escola como espaço de transformação social:

[...] conforme Cury (2005, p. 30), é na escola, mas não só nela, que “se pode ajudar a desconstruir mentalidades, posturas e comportamentos que atingem a alteridade com preconceito e discriminação”. Pode-se acrescentar que é na escola, mas não só nela, que se pode ajudar a formar crianças e jovens cuja auto-estima lhes propicie o respeito por si próprios e pelos outros com os quais se relacionam, condição necessária para o cumprimento de seus deveres e para a luta por seus direitos como cidadãos de nosso país e do mundo contemporâneo. E mais: é na escola, mas não só nela, que crianças e jovens podem apreender os conhecimentos necessários para viverem, conviverem e sobreviverem em seus ambientes de origem, transcendê-los e, além disso, se engajarem na proposição e na efetivação de mudanças necessárias ao desenvolvimento desses ambientes e da sociedade.



Figura 20: Tela do corredor da EMEB

Transformação esta que deve partir de uma realidade existente, de uma reflexão sobre concepções, de uma definição de posicionamentos. Etapa esta fundamental no processo de elaboração do projeto político pedagógico, que vem numa perspectiva efetiva de encontrar um rumo, coletivamente, em direção à questão da qualidade do ensino nos seus múltiplos aspectos. (AZANHA, 1993).

Certamente, é um trabalho complexo que envolve mediação de relações, conflitos, necessidades diversas. Com o intuito de compreender um pouco esse trabalho, busca-se, através de entrevista com o diretor Djalma Henrique Paes e a coordenadora pedagógica Daniela Corradini da Silva da EMEB pesquisada, identificar a percepção desses sujeitos escolares em relação aos desafios, impasses e perspectivas concernentes ao processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico.

Quadro 13: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA NA EDUCAÇÃO

O diretor entrevistado trabalhou por muito tempo como professor de matemática, sua formação inicial, no estado. A pedagogia é a sua segunda graduação. Ingressou na rede municipal como diretor em 2006 em uma escola de educação infantil e há dois anos está na EMEB Prof. Geraldo Pinto Duarte Paes. A coordenadora é pedagoga formada na UNICAMP com habilitação para gestão e educação especial e pós-graduada em direito educacional e alfabetização. Trabalhou em Vinhedo e Campo Limpo Paulista por três anos como coordenadora e iniciou na prefeitura de Jundiaí em 2007 como professora de educação infantil na escola em que o Djalma era diretor, após um ano foi mudado para uma escola de ensino fundamental onde trabalhou por dois anos e em seguida foi convidada para ser coordenadora na instituição.

A princípio, é necessário contextualizar a função desses gestores em relação à temática. Como observado, funcionalismo, burocracia, centralização, autoritarismo são marcas de um modelo gerencial influente na administração escolar. Atualmente, surgiram mudanças que vão ao encontro de uma prática cada vez mais autônoma, democrática e coletiva. Contudo, geralmente, o diretor não tem clareza de seu papel e/ou sente a ausência de autonomia para exercê-lo.

Quando o diretor volta o seu olhar para a estrutura organizacional do sistema de educação, do qual faz parte, demonstra, com palavras, a angústia e o vazio da função que ocupa: “tudo é determinado em nível de Estado e na realidade o diretor fica na situação de ter que se adaptar com aquilo que o Estado propõe”. (LOPES, 2002, p.90)

Segundo Lopes (2002), a ação do diretor é conduzida de fora para dentro, e conforme as orientações e normatizações chegam à escola não são articuladas ao projeto político pedagógico, normalmente, nem passam por uma reflexão. Observa-se, portanto, que as escolas têm dificuldades na elaboração, implementação e avaliação de seus projetos limitando as possibilidades de “rompimentos” e de interação com a comunidade, visando apenas as necessidades institucionais e sistêmicas.

Esses momentos de clareza e de entendimento de sua função e o seu papel em relação aos programas e proposta do Estado acabam ficando obscurecidos pela falta de forças, ou seja, pela falta de espaço, de conhecimento e de diálogo para construir e firmar novas formas de condução dessas ações denunciadas. Construir novas formas de conduzir a gestão da escola podendo quem sabe, utilizar-se até dos mesmos programas que chegam até a escola, porém circunscrevendo-os numa dimensão política diferenciada. Redimensionando ou rompendo, quando necessário, para atender a um processo de democratização da educação. (LOPES, 2002, p.96)

Esse processo de descentralização que vem ocorrendo faz da perspectiva participativa/dialógica ainda mais necessária para articular com a comunidade e com os órgãos dirigentes. Outro impasse apontado no cenário nacional é o fato de haver na definição de sua função a separação do trabalho na escola entre o administrativo e pedagógico. A principal característica do diretor requerida pelos trabalhadores da escola é a liderança enquanto a reivindicação da função política e pedagógica fica despercebida.

Desta forma, fica evidenciado que a reprodução de palavras como democracia, liberdade, autonomia, sem significá-las, coletivamente, no processo de trabalho, caem no vazio democrático, o que é pior, servem de condicionantes para o trabalho dos que acreditam na construção de relações democráticas a partir da realidade escolar. (LOPES, 2002, p.102)

Este quadro retrata a ausência de uma cultura escolar pautada no estudo, reflexão, democracia, participação dos envolvidos, o que, segundo Lopes (2002), serve muitas vezes de justificativa para não organizar o projeto da escola. No entanto, nem este fato e nem o relacionamento autoritário e hierarquizado do sistema indicado são justificativas, pelo contrário através de um projeto político pedagógico construído coletivamente ocorre-se

mudanças significativas no cotidiano escolar e essas relações ocorrem de forma mais articulada.

O diretor assume, muitas vezes, uma posição “contraditória e inconciliável, pois como educador, espera-se que cuide eficazmente dos objetivos educacionais da escola e, como gerente, que se envolva com o repasse de determinações emanadas de órgãos superiores [...]” (ZERO p. 17, 2006). Na perspectiva da transformação social, é preciso que o gestor escolar esteja atento a todas essas observações.

Outro membro também desta equipe de gestão escolar é o coordenador pedagógico que surge em 1960 como suporte técnico do trabalho pedagógico. As suas atribuições assim como a consolidação deste profissional no campo educacional passaram por transformações. Dentre as atribuições, os autores enfatizam a formação continuada dos professores através de uma participação efetiva, de parceria, em que se ouça e respeite “*distintas vozes*”.

Lima (2007) observa que quando o saber-fazer parte de uma concepção sensível da realidade, onde figura como o mais importante a possibilidade de se trabalhar a intervenção pedagógica pela necessidade do grupo, pela identificação das manifestações que impactam mais e de forma significativa estudantes e professores, não necessariamente somente causa prazer no clima organizacional da escola, mas promove a reflexão, o desafio, a significação da trajetória histórica em que vivem e desta, numa contextualização social, da qual a escola não está à margem. (LIMA; SANTOS, 2007, p.78)

Dentro dessa perspectiva dialógica, o coordenador pedagógico, segundo os autores, deve oferecer condições, “*tempo qualificado e qualificador*”, para ampliação e aprofundamento do conhecimento tendo em vista a “*formação do hábito de busca e reflexão*”. Através de práticas que incentivem a coletividade, a cultura escolar transforma-se; a “*identidade é um processo de construção*” e “é no sentido de tessitura que se constrói o trabalho pedagógico, mas a partir e por meio de muitas mãos.” (LIMA; SANTOS, 2007, p.85)

O conhecimento da vida escolar, de suas relações, indagações, êxitos, fracassos, completudes e incompletudes em relação às políticas públicas para a educação, em relação a dimensão das relações interpessoais, em relação a organização, metas e projetos da escola; solicita uma visão de conjunto para que seus contextos e condicionantes sejam suficientemente entendidos e problematizados, desta maneira a educação em sua finalidade primordial poderá encontrar encaminhamentos significativos como indicadores de seu norteamto. (LIMA; SANTOS, 2007, p.83)

Esta concepção permite que a partir do conhecimento e experiência pedagógica, da construção coletiva, os sujeitos se tornem ativos neste processo e possam produzir novos conhecimentos e atuar de forma criativa sob o princípio da ação-reflexão-ação. Contribui, portanto, no processo de viabilizar a participação plena de todos os envolvidos, principalmente dos professores no projeto político pedagógico da unidade escolar em todas as

suas etapas de construção, implementação e avaliação “*O Coordenador Pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição*” (LIMA; SANTOS, 2007, p.86). Por consequência desta ação coletiva, o trabalho pedagógico dentro da sala de aula se viabiliza de forma a cumprir a finalidade educativa.

Torna-se evidente um vínculo entre a função do diretor e do coordenador pedagógico; o projeto político pedagógico; a identidade e autonomia da escola; e a articulação das esferas macro e micro dentro da escola. A gestão escolar é responsável por esta função através da elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico, que poderá construir meios de articulação do macro e do micro em uma relação dialógica em que ambos se influenciem tendo em vista a identidade e autonomia de cada escola.

A possibilidade da gestão democrática na/da escola exige do diretor e da equipe diretiva da escola retomar a especificidade da administração da educação escolar, vinculada à natureza da educação, observando três princípios norteadores da nova organização do trabalho pedagógico e da administração escolar: projeto político pedagógico curricular da escola, trabalho coletivos dos atores da escola, conhecimento da ciência pedagógica. (RIBEIRO, 2005, p.67)

Apenas pela observação do índice do projeto pedagógico da unidade, uma noção em relação ao que se concebe o projeto político pedagógico, quais pontos são considerados importantes pela instituição para serem abordados:

ÍNDICE

Espaço de formação – O educar... A educação/ Missão, Visão, Valores/ A escola e o trabalho pedagógico.

Caracterização da Unidade e da Equipe – Histórico da Unidade Escolar/ Biografia do Patrono/ Identificação e Funcionamento da Unidade Escolar/ Quadro de Formação de Classes para 2011/ Quadro de apoio técnico-pedagógico/ Quadro de profissionais – Gestão Escolar/ Professores responsáveis pelos períodos/ Normas de funcionamento da unidade escolar/ Potencial dos Recursos Humanos/ Equipe escolar – concepção pedagógica/ Perfil dos profissionais da educação/ Gestores que ajudaram a construir a história da Unidade Escolar.

A Comunidade – Perfil da Comunidade/ Perfil dos pais dos alunos/ Resultados da pesquisa com os pais e ações propostas/ Relação escola-comunidade

Instituições Auxiliares – APM (Associação de Pais e Mestres)/ Conselho de Escola/ Conselho de Alunos/ Conselho de Ciclo

O Espaço Escolar

Área Pedagógica – Projetos “Sonhos, Tessituras e Efervescências”/ Perspectivas para 2011/ Uma escola para todos – Oficina “Fios do Saber”/ Propostas de Trabalho – equipe de gestão/ A escola enquanto espaço de Formação Continuada/ Concepções para uma Escola Inclusiva/ O processo avaliativo/ Avaliação Diagnóstica Inicial do Ensino Fundamental – Alfabetização/ Projeto Institucional – “Desenvolvendo o comportamento escritor e leitor”/ Projetos da Unidade Escolar/ Projetos proporcionados pela SMEE

Bibliografia

(Projeto Pedagógico da Unidade de 2011⁷).

⁷ Para análise mais aprofundada foi disponibilizado o projeto de 2011. Porém neste ano, através de visita à escola, alguns dados puderam ser atualizados.

Entende-se o projeto como uma ação intencional, nas palavras do diretor, “*momento em que você planeja o ano letivo na escola, tudo o que vai acontecer, tudo o que você propõe fazer*”, a sua finalidade é “*organizar o trabalho da escola [...], organizar todo o trabalho pedagógico, organizar todo trabalho administrativo para que a escola possa atingir todas as metas propostas*”. A coordenadora o define indo na mesma direção:

Na minha opinião, o projeto político pedagógico dá um norte para todas as ações da escola durante aquele ano. Então, ele é a base do trabalho, o projeto político pedagógico. É ele que vai norteia todo o trabalho tanto na sala de aula, quanto nossa postura na gestão, funcionário, comunidade. É ele que é a porta de entrada da escola, digamos assim. Então é ele vai traça todo o objetivo do ensino dentro da escola. (Corradini, 2012)

A flexibilidade também foi apontada como característica do projeto político pedagógico, “*Quando a gente pensa nas ações, é claro que não podemos esquecer que isso vai ser modificado ao longo do tempo, é pra isso mesmo que ele é um projeto pra ser modificado*”. A participação de todos é vista também como um meio mais fácil de atingir as propostas, devido ao comprometimento e responsabilidade gerados a partir dela. “[...] é preciso estar aprovado por todos ate porque se não vai funcionar ele vai ficar um mero papel na gaveta. Então, havendo a participação coletiva todos estão aptos a trabalhar e colocar em prática”. Segundo o projeto pedagógico da unidade (2012, p.9), este tem por meta principal,

[...] construção de uma democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ela surge tanto na sua elaboração quando na sua operacionalização. Também caracteriza-se por traçar caminhos que evitem improvisos, assim como procura consolidar a proposta construtivista, de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Elaborar o projeto político pedagógico é um exercício de autonomia (Azanha, 1993), pois “*traduz a vontade de mudar, de pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias, permitindo avaliar o que foi feito e projetar mudanças que proporcionem resultados positivos*”. (Projeto Pedagógico da Unidade, 2012, p.9). Em entrevista, foi perguntado ao diretor como ocorre o processo de elaboração do projeto pedagógico na escola que diz ter início desde o ano anterior no período da avaliação do projeto anterior, “*pensando naquilo que deu certo na escola e aquilo que não deu certo, a gente faz uma reflexão sobre tudo que aconteceu, todas as propostas as metas atingidas, os objetivos que conseguimos atingir*”. Depois no começo do ano, realiza-se a proposta de trabalho. O que demonstra a importância da etapa da avaliação assim como que é um processo contínuo e cíclico.

Neste momento, diretor Djalma Henrique Paes também enfatizou que se busca sempre a participação de todos, “*uma forma mais democrática de ser feito [...]* para que se torne

cada vez mais coletivo”. Porém, aponta que o maior desafio, segundo a sua opinião, é que essa participação realmente se efetive:

Acredito que o maior desafio, não só dessa escola, mas de todos, é ainda a participação efetiva de toda a comunidade escolar, a gente ainda não consegue pais, funcionários, parceiros, enfim todos participem do processo, não sei se é pela correria do dia a dia, não sei se ainda pela falta de planejamento, pra que a gente possa fazer isso, mas efetivamente a maior dificuldade é essa conseguir que todos participem, que todos deem sugestões, que todos façam ele acontecer.

Pesquisas, como a da Fundação Vanzolini, utilizada na elaboração do projeto pedagógico, chamada “A participação dos pais na educação de seus filhos”, é uma estratégia de tentar uma participação dos pais, ainda que se deseje uma presença maior. Assim como conhecer o perfil da comunidade, da escola, dos alunos, fundamental para um bom trabalho, contou o diretor Djalma. A resolução nº 4 de 2010 da CONAE prevê que a organização do percurso formativo deve levar em consideração as peculiaridades de cada realidade escolar.

Os pais de alunos são participativos e conscientes da função da escola e do serviço que ela deve oferecer a eles. São bastante questionadores e tem boa qualidade para a argumentação. Foi relevante o seu posicionamento na pesquisa realizada no final do ano passado, em parceria com a Fundação Vanzolini, na qual os pais explicitaram sua opinião a respeito de sua participação na vida escolar de seus filhos, conforme gráficos e comentários a seguir. Pudemos perceber também por meio da pesquisa que, em sua maioria, os pais possuem um grau de escolaridade avançado, com bom vocabulário e habilidade para se expressar por meio da escrita coerente e consistente. Além disso, quando procuram a escola para tirar dúvida e/ou em outros momentos, percebemos que possuem boa linguagem oral, sabendo se posicionar frente à resolução de problemas. (Projeto Pedagógico da Unidade 2011)

Com o intuito de aprimorar esse trabalho com a comunidade, propõe manter os eventos que atraem grande número de pessoas a fim de conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido pela escola (Sarau e Mostra Cultural e Artística, Feira Científico-Cultural, Festa Junina, “Palavra Cantada de Pais”, “English and Music”); fazer reuniões de pais mais envolventes; propostas de lazer e cultura que busquem a integração familiar (apresentações, passeios, criação de fanfarra).

A coordenadora pedagógica contribui com outro desafio a ser pensado em sua elaboração que é o de focalizar na formação integral do aluno segundo a sua faixa etária: “O que eu quero para esse aluno de primeiro ao quinto ano? Como que eu quero que esse aluno saia daqui da escola? [...] o nosso fundamental aqui é um fragmento da educação, a gente sabe que depois vem do sexto ao nono ano, ele já tem outro objetivo”. Importante refletir também para além da finalidade de uma educação em que se propicie a apropriação do conhecimento de forma crítica, significativa, criativa e duradora; também objetivos mais específicos em relação às particularidades de cada escola, no caso, as necessidades dos alunos que ali frequentam.

Atento a esta especificidade, as aulas na escola são organizadas, de forma diferenciada das demais da rede, em oficinas pedagógicas divididas por área de conhecimento. Trabalho diferenciado em constante aprimoramento e que tem se mostrado positivo. Cada sala tem um tutor, professor responsável pela turma. Em 2011, houve uma reorganização e no projeto pedagógico deste ano consta a sua avaliação:

[...]

- no ano de 2011, o trabalho por oficinas foi realizado pelos professores em duas classes, o que, segundo o grupo, promoveu um vínculo maior com as crianças, sendo possível um trabalho de intervenção mais pontual e de acordo com as dificuldades individuais, essencial para o processo educativo. O grupo teve este consenso e organizaremos novamente as oficinas para este ano letivo neste formato;

- as oficinas de Cultura e Língua Inglesa e Corpo e Movimento também foram organizadas de maneira diferente do ocorrido no ano anterior e foram avaliadas positivamente pelos professores, também tendo continuidade neste formato para este ano letivo.

[...]

- também citado pelo grupo de professores e repensadas/reorganizadas durante o ano de 2011, as oficinas de Linguagem e Raciocínio ganharam um novo formato, ocorrendo mais vezes por semana pelos professores, o que dinamizou o trabalho e possibilitou ações mais concretas quanto ao uso do material Educa + Ação. Pôde-se, por meio das sondagens e avaliações internas realizadas, perceber que houve um bom avanço na aprendizagem das crianças, fato este que esperamos consumir-se com os resultados das avaliações externas realizadas no decorrer do ano passado;

(Perspectivas 2012, Projeto Pedagógico da Unidade, 2012)

Outra oficina realizada pela escola é a “Oficina de aprendizagem”, segundo o projeto pedagógico, “a possibilidade de oferecer aos nossos alunos e alunas condição para que avancem no processo de *ensino e aprendizagem*”. Desenvolve-se no período de aula mesmo, porém em um esquema de revezamento de forma que o aluno não perca as mesmas aulas e esteja ao máximo inserido no seu grupo. Os professores que encaminham os alunos que irão participar destas oficinas. No ano de 2011, contava com professores contratados especificamente para este trabalho, porém este ano isto teve que ser reorganizado.

Além das oficinas, a unidade conta com projetos específicos. Durante a entrevista, a coordenadora explicou alguns desses projetos. Na área de Linguagem, por exemplo, tem um projeto com produção de texto, “*é um caderno que acompanha a criança ano a ano, isso está no nosso projeto político pedagógico e vai ter continuidade*”. Evidencia a relação do trabalho em sala de aula com o projeto político pedagógico. Continua: “*Então, a criança tem um caderno no primeiro ano de produção, ali ela registra todas as produções dela durante o ano e esse caderno vai pro segundo ano. [...] a criança vai dar continuidade, consecutivamente até o quinto ano*”.

Um projeto interdisciplinar na escola deste ano é o “Caminhos do Brasil” que envolveu todos os anos:

A ideia do “Caminhos do Brasil” foi realmente resgatar um pouco da cultura brasileira que está perdida, as crianças ouvem músicas, mas são aquelas que estão tocando no rádio, elas não tem ideia de que cada região do Brasil, ela tem sua especificidade, tem a sua culinária, tem música, tem a sua dança. Então muitas crianças daqui da escola, que a gente tem crianças com um poder aquisitivo relativamente bom, já viajaram, foram pro nordeste, foram para vários lugares, mas não se atentaram para isso, para a questão da cultura, então a gente usa a sala de informática, passa um vídeo, alunos nos trouxeram fotos. Então a gente trabalhou com culinária, dança, música, artesanato, que é artes plásticas, mas foi um resgate mesmo. (CORRADINI, 2012)

Como apontado anteriormente no estudo, há de se adequar também a questão dos recursos e meios para que as ações se realizem. As Oficinas de Música e Arte ilustram essa necessidade. No ano de 2011, essas oficinas eram monitoradas por professores da rede municipal, com habilidades específicas para este trabalho, porém este ano a Secretaria Municipal de Educação não autorizou a continuidade por parte desses professores. Porém, o grupo entende que o “desenvolvimento das múltiplas inteligências das crianças, essencial na formação dos cidadãos que queremos com nossa proposta pedagógica”, portanto, o trabalho será realizado pelos próprios professores da unidade que assumiram este compromisso.



Figura 21: Apresentação da Oficina de Música

A Secretaria Municipal de Educação também tem projetos, alguns são obrigatórios como o caso do projeto *Mente Inovadora* todas as semanas durante uma hora. A escola recebe um kit de jogos para serem trabalhados nesses horários e o kit aluno que a criança leva para casa com o objetivo de integrar a família também.

As aulas do projeto “Mente Inovadora” fazem parte do currículo da escola para que se possa ter momentos específicos, dedicados ao desenvolvimento de habilidades.

- Como lidar melhor com os sentimentos (meus e dos outros)?
- Como aprimorar meus relacionamentos com as pessoas?
- Como entender e me apropriar dos processos do pensamento?
- Como ser uma pessoa melhor?

As aulas são desenvolvidas por meio de jogos de raciocínio, estudam-se estratégias e “métodos” que ajudam a aprimorar a forma de jogar, de pensar nas diversas situações do cotidiano, de se organizar na escola e nas diferentes disciplinas, de lidar com os desafios, de conviver com as pessoas e consigo mesmo. As reflexões sobre a aplicabilidade dos métodos e estratégias estudadas facilitam o acesso e a utilização destes recursos para enfrentar o dia-a-dia. O projeto considera fundamental a criação do hábito de “pensar sobre o próprio pensamento” desde a mais tenra infância, pois afinal somos nós, os adultos, as crianças e os jovens de hoje, que construiremos um mundo melhor.

A vida moderna nos coloca diante de desafios que devemos enfrentar, resolver, nos posicionar. Para enfrentarmos estes desafios, se faz necessário tomar decisões, planejar, lidar com muitas informações, cumprir tarefas... Não tem outro jeito! Desenvolver nossas habilidades é fundamental para vivermos melhor. Na escola, em casa, nas ruas, no mundo, a vida está repleta de questões importantes. Os jogos de raciocínio criam um ambiente de aprendizado significativo, em que os alunos lidam com desafios cognitivos, emocionais, sociais e éticos jogando.

(MATERIAL DO PROJETO MENTEINOVADORA)



Figura 22: Projeto MenteInovadora

Outros projetos dependem da adesão da escola como “Os Amigos do Zip” trabalhado em 2011, porém após conversa com os professores, a instituição deixou de participar esse ano. Enquanto o “Palavra Cantada” se manteve com o intuito de apoiar o trabalho de Música, “possibilita o enriquecimento do trabalho com a música em todas as escolas da rede municipal. Todos os alunos também receberão um kit para levar para casa, onde poderão, *juntamente com os seus pais, partilhar das excelentes atividades musicais ali contidas*”. Ao aderir aos projetos, os professores recebem capacitação.

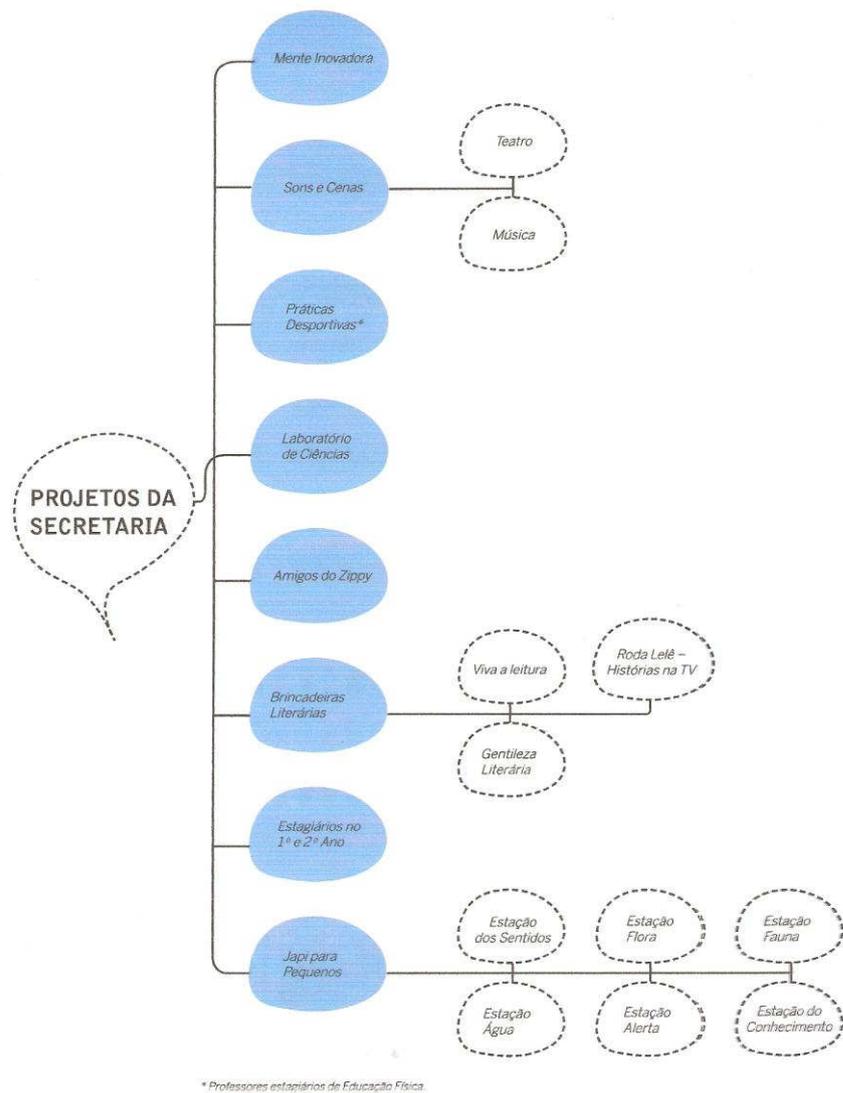


Figura 23: Relação de Projetos da Secretaria segundo a Proposta Curricular Municipal

A importância de se pensar em projetos extracurriculares como os citados acima é a construção também do ambiente escolar, como já previsto na resolução nº 4 de 2010 da CONAE, ao dizer da importância do espaço curricular e físico, a ampliação e diversificação dos tempos e espaços curriculares.

As avaliações vêm no sentido de acompanhar esses trabalhos, segundo Daniela “tem as nossas avaliações bimestrais que na verdade, [...], mas, por exemplo, um jogo que a gente faça ou um campeonato de Mente Inovadora, já é uma avaliação, você traz os alunos pra aula de informática para fazer uma revisão de conteúdo oralmente, ali já é uma avaliação”. No projeto cita como avaliações internas: portfólios, sondagens, registros, fichas de acompanhamento, reflexões e planejamento, conselho de ciclo, entre outros. A ficha de acompanhamento é uma exigência da Secretaria Municipal de Educação e acompanha o

histórico, tendo início neste ano. “*É um breve parecer de como que aquela criança esta em seu aprendizado, ela não diz muito sobre o aluno, é mais sobre o conteúdo mesmo. [...] se ele atingiu, se não atingiu, se ainda necessita de uma intervenção do professor.*”. Dessa forma, permite uma maior comunicação tanto dentro da escola quando passa de um ano para outro como nos casos de transferência: “*Outro professor, de outra escola, de outro município, que vá pegar aquela ficha, ele vai ter uma ideia de como o aluno esta chegando para ele*”. Quanto às avaliações externas há “*a da fundação Bradesco, que está relacionada com o material, a gente tem o Saresp, a Provinha Brasil pro segundo ano e a Prova Brasil para o quinto, a Prova Brasil é um ano sim e um ano não, e o Saresp é todo ano*”.

No entanto, para que tudo isto realmente se efetive é necessário uma articulação com todos os segmentos envolvidos no processo educativo, segundo palavras da coordenadora “*isso é o projeto político pedagógico, ele é o tronco da escola e tem que acontecer na sala de aula*”:

[...] não adianta nada ter um projeto político pedagógico lindo no papel, mas ele não acontecer na sala de aula. Vou te dar um exemplo: o nosso projeto de produção, se eu não tenho o apoio dos professores, se eu não tenho o apoio dos pais, que também as crianças levam o caderno pra casa, então se eu não mostro isso para a comunidade, se eu não mostro isso pros pais, olha é isso que a gente vai trabalhar, o que é que vocês acham, o que é que vocês querem, ele não acontecesse na sala de aula, não vai acontecer em casa. Então tem que sair do papel, tem que sai do projeto político pedagógico e acontecer na escola. Então por exemplo, o ano que vem agente tem uma ideia de trabalhar com solidariedade com os nossos alunos e não adianta estar no papel e dentro da sala aula eu não trabalha o tema, e não só trabalhar o tema num roda de conversa, não, eu vou usar isso nas aulas de matemática, eu vou usar isso nas minhas aulas de linguagem. (CORRADINI, 2012)

Retornando ao processo de elaboração do projeto político pedagógico, ambos (diretor e coordenadora pedagógica) trazem a Proposta Curricular do Município como principal norteador. Esta proposta é pautada no material EDUCA+AÇÃO da Fundação Bradesco, portanto ele é utilizado como suporte ao trabalho pedagógico. Porém, o diretor acrescenta que isso não implica que apenas a utilização deste “*eu posso a partir do material criar outro tipo de trabalho, de atividade, de sequências que possam enriquecer esse trabalho com o projeto*”. Também aponta a importância de ser um trabalho consciente, “[...] *foi construído para ser aplicado em diversas regiões ao mesmo tempo*”, portanto, são necessárias “*adaptações que nós vamos fazendo para trazer para a realidade da nossa escola, do nosso município, do nosso bairro*”. De forma que seja um trabalho criativo e, não, “*engessado*”. Segundo o diretor, este movimento é importante até para que se consiga atingir as propostas assumidas no projeto pedagógico.

O diretor acrescenta que o supervisor escolar também tem uma participação importante neste processo: “ele leva esse projeto, analisa e também com olhar de fora dá sugestões do que é preciso modificar, do que precisa incluir, excluir. Enfim, a secretaria dá esse apoio olhando com olhar de fora, olhando pro trabalho da escola no geral dando *sugestões e críticas*’. Porém, sempre reforçando o fato de adequar àquilo que se pretende pela escola: “É lógico que cada escola tem a sua realidade, cada escola tem a sua especificidade então, mas é importante que essas *críticas e sugestões também venham*”

A articulação entre o macro e o micro contexto aparece constantemente nas falas, ao mesmo tempo, que se verifica a busca por uma autonomia, uma identidade. Dessa forma, percebe-se que estes não são movimentos contraditórios. Como evidenciam esses dois trechos da entrevista:

[...] Você sabe que a gente faz parte de uma rede, uma rede tem as propostas, por exemplo, uma delas que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final dos oito anos. Isso pra todas as escolas, então que trabalho nós vamos propor no nosso projeto pra que isso seja atingido? Temos as metas de alfabetização, temos as metas de leitura, além disso, por exemplo, as avaliações externas que a ideia é sempre melhorar os resultados, os índices que são propostos. Isso é pra rede em geral, e a gente faz a proposta do projeto pedagógico pra trabalhar, para atingir.

[...] A gente tem sempre um olhar para o global. A gente sabe que existe uma Proposta Nacional de Educação, de desenvolvimento e a gente olha para esse documento maior e faz um recorte para adaptar para a nossa realidade. Então, a gente precisa pensar que o nosso aluno é nosso hoje, mas pode ser de outra escola amanhã, ele pode ser de outro estado. É importante que o Plano Nacional de Educação faça parte da rede, faça parte da escola para que a gente possa ter um olhar global de desenvolvimento. (PAES, 2012)

Lidar com os conflitos e imprevistos fazem parte do processo de implementação do projeto político pedagógico. O diretor aponta que um dos maiores desafios é quando há uma mudança no quadro de professores ou funcionários, por exemplo, e pelo fato do documento do projeto pedagógico, as propostas assumidas estarem definidas anteriormente faz com que, muitas vezes, os “novos” não se sintam pertencentes: “se a pessoa chega e não se engaja, se sente presente, o trabalho não vai acontecer. E a gente não pode esquecer que o projeto pedagógico é um trabalho da escola, não da classe tal ou do professor tal, toda a equipe escolar deve estar envolvida”.

Uma das propostas do projeto pedagógico é a divulgação pública em indústrias e empresas da região. “É um trabalho de futuro, é um trabalho que esta sendo proposto que eu acho que precisa acontecer, quanto mais a comunidade que gira entorno da escola que tenham contato com o projeto da escola mais uma identidade vai sendo criada”. Apesar de haver outros tipos de divulgação: nas reuniões coletivas na escola, com os pais, com a APM; uma divulgação mais ampla e acessível traria um acolhimento maior por parte dos envolvidos.

Os conselhos também são mencionados em entrevista como forma de avaliar constantemente o projeto pedagógico, assim como auxiliar nos desafios referentes à sua implementação. O que retoma a questão dos conselhos como princípio da gestão democrática.

Ao final da entrevista, questionou-se acerca da relação da função com o processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico. A coordenadora pedagógica relaciona:

[...] é muito complicado falar que o coordenador tem a função, de que sozinho ele vai resolver tudo, não. Eu acho que o coordenador tem que estar o tempo todo junto com o professor, eu não vejo nem essa questão de hierarquia, se você não está junto, ali, dia a dia com o professor, não acontece. Então no projeto político pedagógico, tanto o diretor como o coordenador, guiam a discussão, colocam a sua opinião junto com as dos professores, pra juntos - professor, coordenador, diretor, comunidade, funcionários - traçar um plano para a escola no próximo ano. Então o trabalho é junto mesmo, o que o coordenador faz é guiar a discussão e também depois verificar junto com o professor, reavaliar se a gente está no caminho certo.

A superação das relações de verticalidade faz com que haja um ambiente mais democrático, dialógico. Daniela diz que para cumprir essa tarefa utiliza-se das seguintes estratégias: *“presença em sala de aula, apoio ao professor, o tempo todo, reuniões semanais, momentos de capacitação, onde a gente vai ler juntos, vai estudar junto. Um momento para a gente discutir o que está dando certo, o que não está, de avaliação mesmo, e o dia a dia, que é ali na sala onde acontecem as coisas”*.

Essas reuniões semanais são chamadas de HE- horas de estudo, no município de Jundiáí, e na escola ocorrem toda quarta-feira, de manhã e a tarde para assim, todos os professores participarem no período oposto ao que leciona. Nestas reuniões além de discussões e avisos mais rotineiros são discutidos temas específicos, seja pela necessidade imposta pela secretaria da educação. Todas essas reuniões são registradas por escrito. Os espaços de reuniões de professores, de reflexões, discussões sobre o trabalho que vem sendo realizado é essencial ao trabalho escolar e previsto na resolução nº 4 de 2010 da CONAE, espaço também de formação de professores, gestores, de troca de ideias e esforços na medida de visar sempre a melhoria do ambiente escolar.

A função do diretor também está atrelada ao projeto político pedagógico, nas palavras de Djalma Henrique Paes, diretor da unidade:

[...] o diretor de escola precisa gerenciar tudo isso, você precisa ter muito uma posição democrática, uma posição de ouvir muito as pessoas. A gente fala hoje que uma grande dificuldade do gestor está na questão de ouvir. A gente fala muito e ouve pouco, mas acho que para articular tudo isso, essa articulação para que todos possam participar, para que todos possam se envolver, você precisa fazer um papel democrático muito importante, é fundamental acho que... (pausa) Eu e a Daniela, a gente fala bastante disso, se você não faz o processo de articulador, o processo de

ouvir as pessoas, de ouvir as sugestões e críticas e pensar isso, trazer isso pra escola como uma forma positiva de modificar e transformar, você acaba fazendo uma gestão centrada, centralizadora que a coisa acaba não acontecendo. A gente sabe que a escola tem que ser um espaço coletivo, um espaço que todos participem, um espaço que todos deem sua opinião mesmo tempo de forma organizada. Então você precisa fazer todo esse papel de articulação. [...]Eu penso que a gente vai construir uma escola melhor, vamos fazer uma escola que realmente transforme, que realmente faça diferença na vida das crianças, a partir do momento que a gente conseguir ouvir todas as crianças que elas deem suas opiniões e sugestões e que a escola passa a ser um campo em que todos possam efetivamente participar e modificar. Se a gente ao faz isso, se a gente não abre esse espaço e a comunidade não participa, a escola não muda, não modifica, e o trabalho não acontece. A gente sabe que aqui a gente está formando um ser humano, por exemplo, se você pensa numa escola que só quer melhorar índice de avaliações externas a gente está pecando porque não estamos pensando na pessoa que vai transformar a sociedade, então eu acho fundamental, a ideia é estar a cada ano melhorando essa participação, a cada ano que ela seja mais efetiva, a cada ano esse projeto seja mais palpável possível que ele não seja meramente um documento, que ele seja realmente o que a escola faz e acontece.

Esta fala resume em certos pontos o que pretende ser o processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico, ou seja, um processo que vise a finalidade da educação, respeitando a autonomia da escola e em direção a construção da identidade institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Um rumo e um destino fazem a diferença em qualquer situação”

(Amir Klink⁸)

Em seu livro *“Paratii: entre dois polos”*, Amir Klink explica a diferença entre uma aventura, e uma viagem que necessita de instrumentos (no caso, a bússola), uma direção (lugar que se pretende chegar). O viajar assemelha ao modo de agir planejado a que se refere GANDIN (1994). O autor faz uma comparação, inspirado em Rubem Alves, em relação a um escoteiro perdido na floresta que também vai ao encontro desta citação. Segundo ele, primeiro o escoteiro utiliza-se de um mapa (compreende a situação, busca uma visão da realidade), depois ele estabelece um rumo (para onde deseja se mover), verifica a distância (leva-se em conta os meios disponíveis, desafios) e por fim, define-se o caminho (roteiro, programação).

Assim deve ser o processo de construção projeto político pedagógico, uma viagem e não uma aventura, ou seja, uma ação intencionalizada e sistemática. Contudo, não se deve esquecer que em uma viagem, há de que se avaliar constantemente o caminho percorrido e às vezes trilhar novos. A flexibilidade e a continuidade são elementos desse processo, assim como o envolvimento e o reconhecimento dos envolvidos. Reforçando que a força do coletivo, de uma linguagem comum (diálogo) e de linhas de atuação comuns (decisões coletivas), evidencia a necessidade do projeto e faz com que se chegue cada vez mais próximo ao objetivo almejado.

O processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico na perspectiva do planejamento participativo colabora na construção da autonomia e da própria identidade institucional, pois neste processo ela descobre a si mesma. E é esta identidade que faz com que a organização do trabalho pedagógico se modifique, contribuindo para um trabalho coletivo consciente e proporcionando uma reflexão de valores, concepções assim como uma análise da realidade em relação com as necessidades e utopias de todos os envolvidos.

Há muitos desafios a serem enfrentados, certamente, e um dos principais apontados pode se dizer que é a participação efetiva. Através das leis e também das pesquisas atuais na

⁸ KLINK, Amir. *Paratii: entre dois polos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

área, tem-se discutido e cada vez mais há consciência da urgência e da importância em se constituir gestão democrática por parte das escolas e seus gestores. Porém, deve-se avançar também de forma que todos se sintam integrantes desse processo e de que sua participação é única e fundamental para que o projeto possa atingir as suas finalidades. De modo que o processo não se restrinja a equipe escolar. Portanto, refletir sobre meios de fomentar essa discussão com toda a comunidade.

Além da conscientização, outro aspecto a ser reforçado seria em direção a garantir todo o processo, sem que ele se perca nas rotinas administrativas. Nesta tarefa, o ver e o escutar são essenciais na construção de um ambiente democrático e implica em uma entrega ao outro, estar aberto às diferenças.

Ao focalizar no município de Jundiaí, percebe-se que a sua história está presente não apenas na conservação patrimonial da cidade, traz consigo uma bagagem repleta de conhecimentos fruto de uma viagem constante em busca de uma melhor qualidade de ensino. Apesar de ser um município com diversas iniciativas, este visa a articulação com as leis, regulamentações e orientações estaduais e nacionais. A unidade escolar reflete estes princípios em muitos aspectos e observa-se que o projeto político pedagógico é singular, ou seja, a autonomia se faz presente em diversos objetivos e conquistas da instituição revelando a sua identidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Elaine Sampaio. O projeto pedagógico como (des)encadeador do trabalho coletivo na escola. *Educação: Teoria e Prática* – V.14, nº 26, jan.-jun. -2006, p.95-111.
- AZANHA, José Mario. Políticas e Planos de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. *Cadernos de pesquisa*, n.85. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1993. p.70-78.
- BALL, S.J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento norteador do Plano Municipal de Educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.
- BRASIL, Lei 9.394/96- Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/lbd_5ed.pdf. Acessado em [27/11/2011](#)
- BRASIL. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009.
- CANDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. *Educação e Sociedade*, 6ªEd. São Paulo: Companhia Educação nacional, p. 107-128, 1973.
- CURY, Carlos Roberto J. Políticas inclusivas e compensatórias na Educação Básica. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 11-32, 2005.
- DALBEN, Â. I. L. F. Os Conselhos de Classe, ciclo e série. In: Secretaria Estadual de Educação. (Org.). *Avaliação de Desempenho e Progressão Continuada*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, v. 6, p. 75-88.

FONSECA, M. O Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. In: Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acessado em 25/11/2011

GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos, e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Blog pessoal do autor. Disponível em:

<http://danilogandin.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-07-14T09:50:00-03:00>

Acessado em 14 de Outubro de 2012.

_____. Temas para um projeto político-pedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, parte I, p.11-61.

GENTILINI, J. A. Estado, descentralização e planejamento educacional na América Latina. Revista Eletrônica: POLÊM!CA. 2008, p. 107-115

JUNDIAÍ, Portal da Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www2.jundiai.sp.gov.br/>> Acessado em 30/08/2012.

JUNDIAÍ, Legislação municipal. Disponível em:

<<http://www.camarajundiai.sp.gov.br/cmjnet/>> Acessado em 02/09/2012

JUNDIAÍ. EMEB Prof. Geraldo Pinto Duarte Paes - Projeto Pedagógico da Unidade de 2011 e 2012.

JUNDIAÍ. Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica.

LIMA, P.G; SANTOS, S.M. de. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. Revista de Educação: Educere et Educere. Vol.02, nº4 jul/dez. 2007 p.55-90.

LOPES, N.F.M. A função e o papel do diretor no contexto escolar. In: A função do diretor do ensino fundamental e médio: uma visão histórica e atual. 2002. Tese (mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Cap.3, p. 85 -110.

MAZZA, D. Quatro escolas, quatro diretores: uma certa leitura. Cubo (Temuco), v. 9, p. 55-71, 2001.

PADILHA, P.R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001, p. 29 a 43.

RIBEIRO, A. I. M.; MENIN, A. M. C. (Orgs.). Formação do gestor educacional: necessidade da ação coletiva e democrática. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

SAVIANI, D. PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SCHNEIDER, M. Jundiá na História. São Paulo: Porto de Ideias, 2008.

SILVA, Marta Leandro de; Toschi, S.M [et al]. Planejamento escolar na perspectiva democrática. **Sala Ambiente Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino** .IN: Curso de Pós Graduação Latu Sensu em Coordenação Pedagógica do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública do Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. UFPE: 2009, p. 1-15. Universidade Federal de Pernambuco. Coordenação da Educação A Distância da UFPE. Disponível em:

http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufc/file.php/1/coord_ped/sala_3/pdf/sala_3_Projeto_Politico_Pedagogico_e_a_Organizacao_do_Ensino.pdf.

Acessado em 01/12/2011.

SOUZA, Ângelo Ricardo de [et al.]. Planejamento e trabalho coletivo. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR , 2005. Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/educacao_texto1.pdf > Acessado em 24/05/2012.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento - projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 5ª ed. São Paulo, Libertad, 1999.

_____. Projeto Político Pedagógico: Considerações sobre sua Elaboração e Concretização. In: Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo-SP: Libertad Editora, 2004.

VEIGA, I.P.A. Inovações e projeto político pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, 2003 Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf> Acessado em 02/12/2011

_____. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para escola. In: As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas-SP: Papirus, 2001.

VIERA, S.L. Educação Básica: política e gestão da escola . Brasília: Liber Livro, 2009. Cap 1 e 2, p. 17-50.

ZERO, M.A. Diretor de Escola: compromisso social e educativo. 2006. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Introdução, p. 01 - 32.

ANEXO A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA DIRETOR

- 1- Discorra sobre a sua formação e trajetória na rede municipal de Jundiaí.
- 2- O que você entende por projeto político pedagógico?
- 3- Qual (is) a(s) finalidade (s), segundo a sua opinião, do projeto?
- 4- Qual (is) o (s) desafio (s) enfrentado (s) na sua elaboração?
- 5- Conte como é feito esse processo. Quem participa e de que forma?
- 6- No projeto pedagógico da unidade, conta a pesquisa da Fundação Vanzolini. Qual foi o papel da pesquisa na elaboração?
- 7- A Secretaria Municipal de Educação de Jundiaí orienta o projeto? Há alguma orientação em relação ao que deve constar ou sobre quem deve participar, por exemplo? Há metas pré-definidas?
- 8- Há alguma articulação com o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação?
- 9- E em relação ao EDUCA+AÇÃO? Qual (is) a(s) sua(s) influência (s) no processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto pedagógico?
- 10- Qual (s) a (s) instância(s) de aprovação?
- 11- Quanto à implementação, quais são os principais desafios enfrentados?
- 12- Há a publicação/divulgação do projeto da unidade? De que forma? Em relação a divulgação nas indústrias citada no projeto como esta seria realizada?
- 13- E quanto a avaliação, como é realizada e quando?
- 14- Houve alguma mudança no processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto pedagógico da unidade no ano de 2011 para o de 2012? Se sim, qual (is)?
- 15- Qual o papel, segundo o seu entendimento, dos conselhos neste processo? E o seu como diretor?
- 16- Espaço reservado para sugestões/comentários.

ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA

- 1- Discorra sobre a sua formação e trajetória na rede municipal de Jundiaí.
- 2- O que você entende por projeto político pedagógico? Segundo a sua opinião, qual a sua finalidade?
- 3- Quais os principais desafios e perspectivas em relação ao projeto?
- 4- Quais projetos citados no projeto pedagógico da unidade são obrigatórios e quais são específicos da unidade?
- 5- O projeto “Caminhos do Brasil”, por exemplo, é específico da unidade? Como ele foi idealizado e concretizado?
- 6- Você vê relação no planejamento da unidade (através do projeto pedagógico) com o planejamento curricular e com o planejamento no nível de ensino/ sala de aula? Se sim, como se dá essa articulação?
- 7- A Secretaria Municipal de Educação de Jundiaí orienta esses planejamentos? Há alguma orientação em relação ao que deve constar ou sobre quem deve participar, por exemplo? Se sim, de que forma? Há algum documento específico?
- 8- Quais as avaliações internas e externas existentes? E qual a sua influência na dinâmica escolar?
- 9- Qual o seu papel como coordenadora pedagógica, segundo o seu entendimento, no processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto pedagógico?
- 10- Espaço reservado para sugestões/comentários.

ANEXO B

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Entrevista com o Diretor

Me conta um pouco sobre sua formação e sua trajetória aqui na rede.

D: Eu sou formado em matemática, na verdade trabalhei muito tempo no estado e depois fiz pedagogia e eu ingressei na rede em 2006 numa escola de educação infantil, já partir de lá fiquei 4 anos e agora estou aqui na escola 2 anos.

O que você entende por projeto político pedagógico?

D: Eu acho que é o momento em que você planeja o ano letivo da escola, tudo que vai acontecer, tudo que você se propõe a fazer precisa estar contido no seu projeto pedagógico. Quando a gente pensa nas ações... é claro que não podemos esquecer que isso vai ser modificado ao longo do tempo, é pra isso mesmo que ele é um projeto pra ser modificado e tal, mas acho que ali têm que estar contido ali todas as ações as mais importantes e aquilo que você quer realizar durante todo o ano letivo.

E qual é a finalidade principal desse projeto?

D: Organizar o trabalho da escola. Acredito que quando você faz o projeto pedagógico com a participação de todos que estejam envolvidos no processo e conheçam aquilo que a gente se propõe a fazer, fica mais fácil o caminho e fica mais fácil atingir os objetivos. Então a grande finalidade dele é essa organizar todo trabalho pedagógico, organizar todo trabalho administrativo, para que a escola possa atingir as metas propostas.

E como funciona essa elaboração do projeto?

D: A gente começa a elaboração no ano anterior, a gente já começa no final do ano anterior pensando naquilo que deu certo na escola e aquilo que não deu certo, a gente faz uma reflexão sobre tudo que aconteceu, todas as propostas as metas atingidas, os objetivos que conseguimos atingir, enfim, feita essa reflexão a gente começa a pensar no ano seguinte. Então é nesse momento que todos sentam pensam e repensam que começa a surgir o projeto do ano seguinte após isso lá no início do ano, pensando numa estruturação de equipe sempre acontece, pensando nas formações das classes a gente termina essa proposta de trabalho, mas sempre com a participação de todos.

E qual é o maior desafio enfrentado na elaboração?

D: Acredito que o maior desafio, não só dessa escola, mas de todos, é ainda a participação efetiva de toda a comunidade escolar, a gente ainda não consegue pais, funcionários, parceiros, enfim todos participem do processo, não sei se é pela correria do dia a dia, não sei se ainda pela falta de planejamento, pra que a gente possa fazer isso, mas efetivamente a maior dificuldade é essa conseguir que todos participem, que todos deem sugestões, que todos façam ele acontecer.

No projeto pedagógico da unidade eu vi que fala da pesquisa da fundação Vanzolini. Qual foi o papel da pesquisa na elaboração?

Di: Eu acho que é aí, como eu já disse anteriormente, que a gente consegue um pouco da participação da comunidade escolar. Quando a gente faz uma pesquisa a gente pede a opinião dos pais, os pais vão opinar no trabalho feito na escola. Esse feedback dessa pesquisa o resultado que vem e aquilo que os pais colocam como críticas sugestões a gente pega pra trabalhar elaborar o projeto pedagógico então fazer essa comunicação pai-escola é fundamental.

E a secretaria municipal dá alguma orientação pra elaboração desse projeto, fala quem deve participar quem não deve participar ou da alguma norma assim do que deve constar?

D: Sim a gente tem uma orientação de como deve acontecer, a gente tem uma sequência de fatos que a gente vai construindo através do tempo, a gente tem a participação do supervisor escolar que é importante porque ele leva esse projeto, analisa e também com olhar de fora dá sugestões do que é preciso modificar, do que precisa incluir, excluir. Enfim a secretaria dá esse apoio olhando com olhar de fora, olhando pro trabalho da escola no geral dando sugestões e críticas. É lógico que cada escola tem a sua realidade, cada escola tem a sua especificidade então, mas é importante que essas críticas e sugestões também venham.

E tem alguma meta pré-definida da secretaria pra escola?

D: Sim, tem. Você sabe que a gente faz parte de uma rede, uma rede tem as propostas, por exemplo, uma delas que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final dos oito anos. Isso pra todas as escolas então que trabalho nós vamos propor no nosso projeto pra que isso seja atingido, temos as metas de alfabetização, temos as metas de leitura além disso, por exemplo, as avaliações externas que a ideia é sempre melhorar os resultados, os índices que são propostos. Isso é pra rede em geral e a gente faz a proposta do projeto pedagógico pra trabalhar, para atingir.

E com relação ao PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola? Tem alguma articulação na hora de fazer o projeto ou não?

D: Tem, tem sim. A gente tem sempre um olhar pro global. A gente sabe que existe uma Proposta Nacional de Educação, de desenvolvimento e a gente olha para esse documento maior e faz um recorte para adaptar para a nossa realidade. Então, a gente precisa pensar que o nosso aluno é nosso hoje, mas pode ser de outra escola amanhã, ele pode ser de outro estado. É importante que o Plano Nacional de Educação faça parte da rede, faça parte da escola para que a gente possa ter um olhar global de desenvolvimento.

E em relação ao EDUCA+AÇÃO? Quais as influências nesse processo?

D: De novo, a gente tem uma proposta curricular única, da rede. A proposta curricular é pautada em cima do EDUCA+AÇÃO e todo o trabalho da escola precisa utilizar esse material como apoio. Claro que quando a gente fala material de apoio não significa necessariamente você trabalhar só esse material. Eu posso a partir do material criar outro tipo de trabalho, de atividade, de sequências que possam enriquecer esse trabalho com o projeto. Mas por ele fazer parte da proposta curricular do município, por essa proposta ser pautada no material, ele

é usado sim como suporte para o nosso trabalho. Claro que nós já analisamos ele várias vezes e percebemos que muita coisa precisa ser modificada. Ele é um material que foi construído para ser aplicado em diversas regiões ao mesmo tempo, ou seja, às vezes se perde um pouco por causa das realidades serem diferentes. Então são adaptações que nós vamos fazendo para trazer para a realidade da nossa escola, do nosso município, do nosso bairro. Se não ele fica muito engessado e a gente não consegue atingir algumas coisas que são até propostas no projeto pedagógico.

E quais são as instâncias de aprovação do projeto?

D: Bom, primeiro a gente faz trabalho de reflexão sobre o projeto do ano em curso e fazemos as propostas para o ano seguinte. É claro que todas as instancias da escola participando a gente faz um trabalho conjunto, coletivo, fazendo esse trabalho coletivo subentende que todas as instancias estão aprovando para que isso aconteça. É claro que agente não faz isso desmembrado do trabalho da secretaria, desmembrado do trabalho global, mas esse projeto é preciso estar aprovado por todos ate porque se não vai funcionar ele vai ficar um mero papel na gaveta. Então, havendo a participação coletiva todos estão aptos a trabalhar e colocar em pratica.

E quanto à implementação, quais são os maiores desafios enfrentados?

D: Os maiores desafios, eu acredito que assim, como eu falei para você, a gente começa pensar ele esse ano faz uma proposta pro trabalho pro ano seguinte de repente acontece uma mudança no grupo de trabalho, no grupo de professores, ou de funcionários, ou nesse momento, por exemplo, por uma mudança política, vamos pensar, de repente você pensou uma questão pro trabalho na escola que ele acontecesse efetivamente, mas por algum problema desse sentindo você tem que modifica-lo no inicio do ano e é difícil porque essas pessoas que chegam ela começam a se adaptar já a esse trabalho que esta pronto e fazer isso que acho que é a maior complicação, fazer com que essas pessoas se sintam realmente presentes nesse projeto pedagógico da escola, se a pessoa chega e não se engajar se sentir presente o trabalho não vai acontecer. E a gente não pode esquecer que o projeto pedagógico é um trabalho da escola, não da classe tal ou do professor tal, toda a equipe escola deve estar envolvida.

E há alguma publicação, divulgação do projeto pra comunidade? Eu vi que tem um projeto pra divulgar nas industrias....

D: É ainda também uma coisa que ainda não acontece, a gente faz uma discussão coletiva na escola claro que com os pais durante as reuniões, a primeira reunião do ano as reuniões que acontece o ano todo, a gente vai colocando porque tudo que acontece na escola esta no projeto, por exemplo, quando eu faço uma reunião de APM e coloco as propostas os objetivos do ano os pais vão ter esse conhecimento. Quando a gente fala de norma de funcionamento da escola, os pais tem acesso a isso. Quando a gente fala dos projetos que pretende desenvolver, dos passeios, do projeto institucional, os pais tem contato ele acaba sendo divulgado nesses momentos. A gente não tem, por exemplo, divulgações publicas, em indústrias, empresas. É um trabalho de futuro, é um trabalho que esta sendo proposto que eu acho que precisa

acontecer, quanto mais a comunidade que gira entorno da escola que tenham contato com o projeto da escola mais uma identidade vai ser criada.

Houve alguma mudança nesse processo no jeito de elaborar, implementar no de 2011 para 2012?

Houve sim, nós mudamos a questão de como fazer a discussão dos principais itens do projeto pedagógico. Nós temos implementado, vamos dizer assim, uma forma mais democrática de ser feito, os professores dando opiniões a respeito críticas inclusive também a participação dos pais através das pesquisas então a gente vai modificando o processo para que se torne cada vez mais coletivo, mas assim cada ano a gente modifica um pouquinho.

E qual é o papel dos conselhos nesse processo?

Primeiro a gente tem a, não sei se a APM é considerada um conselho, é uma instituição de apoio. Tem o conselho de escola e o de aluno, como a gente faz isso? A APM e conselho de escola a gente faz uma reunião única, onde os pais vem e participam e durante essas reuniões nos colocamos assuntos pra que os pais nos deem respostas a respeito, por exemplo, como está funcionando a merenda, entrada e saída, se está sendo funcional, a questão de dever de casa, tudo isso está posto no projeto pedagógico. Mas quem vai dar uma resposta pra isso se esta sendo positivo, benéfico ou não, são os pais então durante essas reuniões, conselhos, APM, até mesmo nas reuniões de pais, os pais nos dão um feed back uma resposta. Com relação aos alunos a gente faz uma reunião pelo menos duas até três no ano, então os alunos também nos respondem isso, como a escola está funcionando, se a forma de como está sendo feito, se eles estão aprendendo, o que eles dão de sugestões pra melhorar, é com essas reuniões coletivas que a gente vai obtendo essas respostas.

E o seu papel como diretor?

Vamos pensar, o diretor de escola precisa gerenciar tudo isso, você precisa ter muito uma posição democrática, uma posição de ouvir muito as pessoas. A gente fala hoje que uma grande dificuldade de gestora esta na questão de ouvir. A gente fala muito e ouve pouco, mas acho que para articular tudo isso, essa articulação pra que todos possam participar pra que todos possam se envolver você precisa fazer um papel democrático muito importante, é fundamental acho que... eu e a Daniela, a gente fala bastante disso, se você não faz o processo de articulador, o processo de ouvir as pessoas, de ouvir as sugestões e críticas e pensar isso, trazer isso pra escola como uma forma positiva de modificar e transformar, você acaba fazendo uma gestão centrada, centralizadora que a coisa acaba não acontecendo. A gente sabe que a escola tem que ser um espaço coletivo, um espaço que todos participem, um espaço que todos deem sua opinião mesmo tempo de forma organizada. Então você precisa fazer todo esse papel de articulação.

E você quer comentar mais alguma coisa sobre o projeto?

Acho assim, penso que o projeto pedagógico a gente ainda precisa caminhar muito na elaboração dele, a gente falha nessa questão principalmente da comunidade, envolvimento de todos os funcionários, talvez até pela correria do dia a dia, pelo andamento da escola, acaba se atropelando, e essa participação coletiva que seria essencial para o projeto acontece pouco, ela acontece, mas ela precisaria acontecer de forma mais efetiva. Eu penso que a gente vai construir uma escola melhor, vamos fazer uma escola que realmente transforme, que realmente faça diferença na vida das crianças, a partir do momento que a gente conseguir ouvir todas as crianças que elas deem suas opiniões e sugestões e que a escola passa a ser um campo em que todos possam efetivamente participar e modificar. Se a gente não faz isso, se a gente não abre esse espaço e a comunidade não participa a escola não muda, não modifica, e o trabalho não acontece. A gente sabe que aqui a gente está formando um ser humano, por exemplo, se você pensa numa escola que só quer melhorar índice de avaliações externas a gente está pecando porque não estamos pensando na pessoa que vai transformar a sociedade, então eu acho fundamental, a ideia é estar a cada ano melhorando essa participação, a cada ano que ela seja mais efetiva, a cada ano esse projeto seja mais palpável possível que ele não seja meramente um documento, que ele seja realmente o que a escola faz e acontece.

Entrevista com a Coordenadora Pedagógica

Fale um pouco sobre a sua formação e a sua trajetória aqui na rede pública de Jundiá.

CP: Eu sou pedagoga, formada na Unicamp. Eu sou pós-graduada... a minha pedagogia me deu habilitação para gestão e educação especial, que acho que foi o último ano que teve essa habilitação. Eu tenho pós graduação em direito educacional e alfabetização, que são duas pós diferentes. Eu to rede desde 2007. Eu trabalhei antes na prefeitura de Vinhedo e trabalhei na prefeitura de Campo Limpo como coordenadora por três anos. Assumi aqui como professora do infantil em 2007, trabalhei um ano com o Djalma, depois trabalhei dois anos com o ensino fundamental e depois eu vim trabalhar aqui.

E o que você entende por projeto político pedagógico e, segundo a sua opinião, qual é a sua finalidade?

CP: Na minha opinião, o projeto político pedagógico dá um norte para todas as ações da escola durante aquele ano. Então, ele é a base do trabalho, o projeto político pedagógico. É ele que vai norteia todo o trabalho tanto na sala de aula, quanto nossa postura na gestão, funcionário, comunidade. É ele que é a porta de entrada da escola, digamos assim. Então é ele vai traçar todo o objetivo do ensino dentro da escola.

E quais são os principais desafios e perspectivas em relação ao projeto?

CP: Eu acho que o desafio maior de você monta um projeto político pedagógico, é você focar naquilo que você quer para o seu aluno na faixa etária que ele se encontra. Então por exemplo ,aqui na nossa escola que é do primeiro ao quinto ano, o que eu quero para esse aluno de primeiro ao quinto ano? Como que eu quero que esse aluno saia daqui da escola? Porque é muito clichê a gente falar em formar cidadão crítico e responsável. Isso é muito amplo, mas o que eu quero com esse aluno, porque o nosso fundamental aqui é um fragmento da educação, a gente sabe que depois vem do sexto ao nono ano, ele já tem um outro objetivo .Então eu acho que o desafio maior é você focar em uma ou duas habilidades que você realmente vá trabalhar com esse aluno, de primeiro ao quinto ano, e como esse aluno vai ser daqui da escola. Acho que o desafio maior é esse.

Quais são os projetos citados no projeto pedagógico que são específicos da unidade e quais são obrigatórios? Porque tem alguns que vem da secretaria, né?

CP: Exato. O desse ano, o nosso projeto agente trabalha bastante com produção de texto, que é da área da linguagem, então quer dizer, é um caderno que acompanha a criança ano a ano, isso está no nosso projeto político pedagógico e vai ter continuidade. Então, a criança tem um caderno no primeiro ano de produção , ali ela registra todas as produções dela durante o ano e esse caderno vai pro segundo ano.

O mesmo caderno?

CP: O mesmo caderno, onde a criança vai dar continuidade, consecutivamente até o quinto ano. Então esse é um dos nossos projetos. Outro que a gente tem que é nessa unidade é o resgate da cultura brasileira.

Aquele “Caminhos do Brasil”?

CP: Exatamente é o “Caminhos do Brasil”. Então a gente trabalhou isso na música, na dança, nas artes plásticas. Esses são os projetos da unidade, e depois tem os obrigatórios da secretaria: mente inovadora, que é um projeto da secretaria que é obrigatório, o próprio material do Educa, nos tínhamos os Amigos do Zip, que esse ano a gente não participou e por ai vai.

E vocês podem escolher se vão participar ou não? Como funciona?

CP: Alguns são obrigatórios, como mente inovadora, por exemplo, alguns não, alguns vão da adesão da escola , e daí agente senta, conversa com os professores e decide com eles se vai ser viável ou não e daí a gente participa.

Me conta um pouco do Caminhos do Brasil. Como é que vocês pensaram , como é que ele foi ...

Entrevistada: A ideia do “Caminhos do Brasil” foi realmente resgatar um pouco da cultura brasileira que ta perdida , as crianças ouvem músicas , mas são aquelas que estão tocando na rádio, elas não tem ideia de que cada região do Brasil, ela tem sua especificidade , tem a sua culinária, tem música, tem a sua dança. Então muitas crianças daqui da escola, que a gente tem crianças com um poder aquisitivo relativamente bom, já viajaram , foram pro nordeste, foram para vários lugares, mas não se atentaram para isso, para a questão da cultura, então a gente usa a sala de informática, passa um vídeo, alunos nos trouxeram fotos. Então a gente trabalhou com culinária, dança, música , artesanato ,que é artes plásticas , mas foi um resgate mesmo.

E você vê relação entre o planejamento do projeto da unidade, através do projeto político pedagógico, com o planejamento curricular e o da sala de aula? E como se da essa articulação?

CP: Isso é o que eu te falei, é necessária essa articulação, porque não adianta nada ter um projeto político pedagógico lindo no papel, mas ele não acontecer na sala de aula. Vou te dar um exemplo: o nosso projeto de produção, se eu não tenho o apoio dos professores, se eu não tenho o apoio dos pais, que também as crianças levam o caderno pra casa, então se eu não mostro isso para a comunidade, se eu não mostro isso pros pais, olha é isso que a gente vai trabalhar, o que é que vocês acham, o que é que vocês querem, ele não acontecesse na sala de aula , num vai acontecer em casa. Então tem que sair do papel, tem que sai do projeto político pedagógico e acontecer na escola. Então por exemplo, o ano que vem agente tem uma ideia de trabalhar com solidariedade com os nossos alunos e não adianta estar no papel e dentro da sala aula eu não trabalha o tema, e não só trabalhar o tema num roda de conversa, não, eu vou usar isso nas aulas de matemática, eu vou usar isso nas minhas aulas de linguagem, isso é o projeto político pedagógico, ele é o tronco da escola e tem que acontecer na sala de aula.

E a Secretaria municipal daqui de Jundiaí ela dá alguma orientação para esse planejamentos sobre o que deve consta, quem deve participar?

CP: Bem, na verdade na Secretaria da educação a gente tem a proposta curricular, então ali eu tenho os conteúdos que devem ser trabalhados ano a ano, aí o que vou fazer, eu vou adequar esses conteúdos da proposta que eu tenho que trabalhar aquilo, e eu vou adequar ao meu projeto político pedagógico. Então eu vou amarrar um ao outro porque o conteúdo ele existe e agente não pode fugir dele. Então é nesse sentido que a secretaria guia e ela também dá um norte pro trabalho.

E quanto as avaliações internas e externas, quais são as principais?

CP: Internas, Gi, a gente tem as nossas avaliações bimestrais que na verdade, a gente chama de avaliação, mas, por exemplo, um jogo que agente faça ou um campeonato de Mente Inovadora, já é uma avaliação, você traz os alunos pra aula de informática para fazer uma revisão de conteúdo oralmente, ali já é uma avaliação. Então essas são as avaliações internas, elas acontecem o tempo todo, as avaliações externas a gente tem a avaliação da fundação Bradesco, que está relacionada com o material, a gente tem o Saresp, a Provinha Brasil pro segundo ano e a Prova Brasil para o quinto, a Prova Brasil é um ano sim e um ano não, e o saresp é todo ano.

E aquelas fichas? Que são um pouco diferentes aqui no município?

CP: Na verdade essa ficha acompanha o histórico, ela seria para substituir o histórico, mas é muito novo, muito recente, começou esse ano, então ela só acompanha o histórico escolar do aluno. É um breve parecer de como que aquela criança está em seu aprendizado, ela não diz muito sobre o aluno, é mais sobre o conteúdo mesmo. É bem o conteúdo, se ele atingiu, se não atingiu, se ainda necessita de uma intervenção do professor, então aquele é um relatório escrito. Outro professor, de outra escola, de outro município, que vá pega aquela ficha, ele vai ter uma ideia de como o aluno está chegando para ele.

E qual é o seu papel como coordenadora pedagógica no processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico?

CP: Eu acho que o coordenador tem a função de primeiro... é muito complicado falar que o coordenador tem a função, de que sozinho ele vai resolver tudo, não. Eu acho que o coordenador tem que estar o tempo todo junto com o professor, eu não vejo nem essa questão de hierarquia, se você não está junto, ali, dia a dia com o professor, não acontece. Então no projeto político pedagógico, tanto o diretor como o coordenador, guiam a discussão, colocam a sua opinião junto com as dos professores, pra juntos - professor, coordenador, diretor,

comunidade , funcionários - traçar um plano para a escola no próximo ano. Então o trabalho é junto mesmo, o que o coordenador faz é guiar a discussão e também depois verificar junto com o professor, reavaliar se a gente está no caminho certo.

E quais são as estratégias que você utiliza?

CP: Presença em sala de aula, apoio ao professor, o tempo todo, reuniões semanais, momentos de capacitação, onde a gente vai ler juntos, vai estudar junto. Um momento para a gente discutir o que esta dando certo, o que não esta, de avaliação mesmo, e o dia a dia, que é ali na sala onde acontecem as coisas.